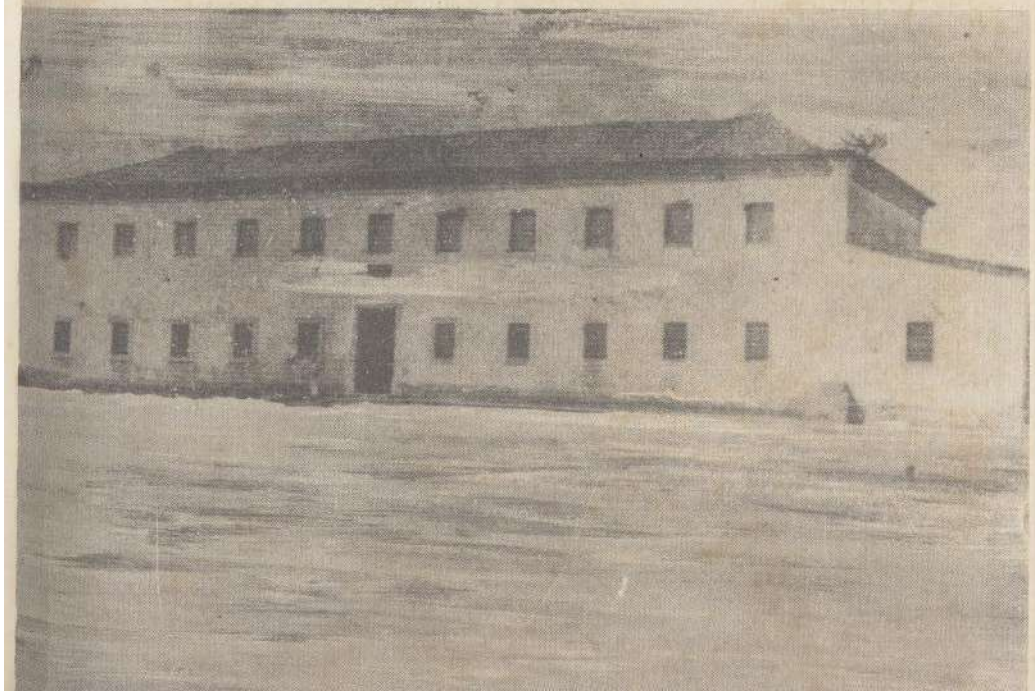
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

1980 – Nº 03



Brigadeiro Manuel de Sousa Martins
Visconde da Parnaíba
Proclamador da Independência do Piauí
Patrono do Instituto Histórico de Oeiras

INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

Presidente
Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior

Vice-Presidente
Pe. David Ângelo Leal

2º Vice-Presidente
José Expedito de Carvalho Rêgo

Secretário Geral
Maria do Espírito Santo Rêgo

2º Secretário
José Cícero Romão Batista

Tesoureiro
Walter de Carvalho Mendes

Orador
Possidônio Nunes de Queiroz

Arquivista
Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Pedro Waldemar de Reis Freitas
Prefeito Municipal de Oeiras

José de Arimathéa Tito Filho
Presidente da Academia Piauiense de Letras

Camilo Calazans de Magalhães
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

José Raimundo Bona Medeiros
Prefeito Municipal de Teresina

Wilson de Andrade Brandão
Secretário de Estado de Cultura

Felipe Mendes de Oliveira
Secretário de Estado de Planejamento

José Arimatéa Martins Magalhães
Secretário de Estado de Fazenda

José Luiz Martins Maia
Secretário de Estado de Indústria e Comércio

Francisco de Assis Carvalho e Silva
Secretário de Estado de Trabalho e Promoção Social

Antônio José de Sousa
Presidente do Banco do Estado do Piauí

Marcos Aurélio Rufino da Silva
Presidente da Associação Piauiense de Medicina

João Ayres Cavalcante
Diretor de Produção da COMEPI

OEIRENSIDADE

Senhores, permiti-vos a divagação por um instante sequer e, invertendo a ampulheta do tempo retrocedamos juntos como se invertido diante de nós, tivéssemos o calendário da saudade. Deixemos que essa "asa de dor do pensamento" como num passe de magia nos transporte de volta à Oeiras das velhas eras, das idades perdidas, das centúrias passadas. Só assim compreenderemos a magnanimidade desta festa, por tudo, eminentemente oeirense.

Homenageamos no 24 de janeiro os heróis de 1823 cuja coragem e patriotismo legaram-nos o Piauí independente e os que com a mesma bravura, desfraldando a bandeira do amor, fizeram-se defensores dessa independência. Entre os primeiros assoma indômita a figura legendária de Manuel de Sousa Martins. Entre os últimos, recai o tributo de nossa homenagem na pessoa veneranda do Cônego Antonio Cardoso de Vasconcelos, paradigma da "oeirensidade". É diante de sua imagem que quisemos de bronze pela perenidade de nosso reconhecimento que reunidos todos, queremos em uníssono recitar o canto da gratidão que bem merece o homem bom, o sacerdote virtuoso, o amigo maior que foi para Oeiras, em Oeiras e de Oeiras, o nosso inesquecível Cônego Cardoso. A Cardoso de Vasconcelos, pedra fundamental da Diocese de Oeiras, esta homenagem que a força da evocação e do reconhecimento nos faz estender aos que como ele souberam estremecer de amor a terra comum.

Senhores, esta homenagem envolve na mesma aura de gratidão, de Miguel e Thomé de Carvalho a Expedito Lopes, de João de Sousa Martins e Acylino Portella, de José Dias de Freitas e Aristeu do Rêgo Barros, de José Gomes da Silva a Benedito Cantuária, redivivos todos em nossa saudade, benfeitores de nossa grei em cujo rol inscrevemos no presente o nome oeirense do Padre David Ângelo Leal.

(Discurso pronunciado pelo Presidente Dagoberto Carvalho dentro da programação com que comemorou o Instituto o 157º aniversário da adesão do Piauí à Independência do Brasil — janeiro de 1980).

Tito Filho — Caderno de Anotações — Jornal do Piauí — 25 de março de 1980.

O Instituto Histórico de Oeiras vem cumprindo profícuas finalidades culturais, com uma diretoria séria e devotada, sob a chefia de Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, auxiliado por gente da melhor cepa, sincera nos compromissos com os ditames do espírito: Padre David Ângelo Leal, José Expedito de Carvalho Rego, Maria do Espírito Santo Rego, José Cícero Romão Batista, Walter de Carvalho Mendes, Possidônio Nunes de Queiroz e Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho.

A última brilhante conquista dessa simpática e valiosa sociedade esteve na edição número dois de sua revista, bem feita, bem orientada, com matéria da mais alta significância, em que se mostram novos aspectos e novas análises do rico patrimônio que é a história do Piauí, nas suas origens, nas suas permanentes ligações com a velha e querida Oeiras.

São deveras valiosos e eruditamente ricos os estudos que ilustres colaboradores oferecem à revista. Os temas estudados valem verdadeiras lições, nascidas de pesquisas convincentes. O leitor se vê entre mestres: Expedito Rego, Costa Machado, Possidônio Queiroz, Monsenhor Chaves, Abimael Carvalho, Bugyja Brito, Antônio Santana de Carvalho, Benedito de Sousa Britto, Alcides Nunes, Gutemberg Soares, fora as três contribuições desse trabalhador de inteligência lúcida e aguda, que é Dagoberto Carvalho Júnior, cujas atividades se vêm destacando, no cenário piauiense, por um conjunto de virtudes intelectuais dignas do melhor apreço.

* * *

Lilizinha Castelo Branco de Carvalho.

Li, com especial agrado, a revista do Instituto Histórico de Oeiras. Não é uma revista comum. É um livro de ensinamentos históricos. Chego mesmo a lembrar que revistas como essa deveriam ser adotadas nos colégios do Piauí, para que os estudantes conhecessem os feitos heróicos da nossa gente.

Estão assim de parabéns os colaboradores da Revista do Instituto Histórico de Oeiras e, em particular, seu ilustre presidente, pelos relevantes conhecimentos da Terra de Mafrense.

Humberto Guimarães — Revista da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores — Outubro de 1980.

Li com espontânea atenção um exemplar do nº 2 da Revista do Instituto Histórico de Oeiras, que me foi gentilmente ofertada pelo Presidente do referido Instituto, Dr. Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, atendo-me em dois artigos desse Dagoberto, pediatra que Oeiras empurrou para beber cultura nas fontes recifenses, e em um outro, este, de um certo Dr. Gutemberg Soares, psiquiatra, que também queimou pestanas pelos bancos universitários da terra querida de Waldemar de Oliveira e ainda perneou pelos meios psiquiátricos madrilhenos, onde captou os ensinamentos de Alonso Fernandez, deixou crescer a barba e sentiu saudades dos manjares etnográficos da cozinha de sua terra, Oeiras, onde, como o primeiro, viu a luz do mundo e se apaixonou por "velharias" e bolinhos com sabor de história social.

Pois aí estão: Dagoberto — o iconófilo, o iconólogo, o iconomaníaco, o pesquisador entusiasta das marcas que a vida do passado deixou impregnadas nos pós e adobes dos casarões vetustos de sua terra, a fazer uma incursão sentimental por lá, mostrando, com uma fidelidade descritiva invejável, a Praça da Matriz, a Igreja de N. S. da Vitória, o Palácio do Governo da velha Capital, a Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio dos Bispos, a Casa do Cônego, a Casa do Visconde, entre outras, sacudindo velhas poeiras e vasculhando épocas, numa revivecência de telúrica ternura de quem por amor santeiro, deve ter sido eleito afilhado por Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, amém; Gutemberg, a exacerbar a volúpia dos glutões, lembrando-lhes guloseimas que trazem sabores de arquetipias longínquas traduzidas em receitas milagrosas, as quais, por mais que o conviva tenha o bandulho farto, fazem com que ele não resista à expectativa de um

"Espere um bocadinho
se ilusão minha não fosse,
parece que vem mais vinho,
parece que vem mais doce"

* * *

Fernando Lopes Sobrinho — Jornal do Piauí — 19 de março de 1980.

Oferta da Academia Piauiense de Letras, de há alguns anos ao presente, após o falecimento do sempre lembrado mestre Desembargador Simplício de Sousa Mendes, sob a presidência do culto jornalista, escritor e filólogo Professor José de Arimathéa Tito Filho — recebi um exemplar — nº 2 — 1980, da REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS, a legendária ex-capital do Piauí, que conheci, pela primeira vez, nos idos de 1940, quando de passagem para Jaicós, onde iria assumir, pela segunda vez, o juizado de direito, substituindo, ali, o meu boníssimo e íntegro colega Dr. João Turíbio de Santana, falecido, anos depois, quando já desembargador e então na presidência, por substituição legal, do Egrégio Tribunal de Justiça; e, na mesma oportunidade, tendo eu o ensejo de uma visita ao ínclito colega Dr. Pedro Sá, então titular da comarca, e hoje uma figura patriarcal, de inconfundível ressonância moral e cívica de Oeiras, a antiga VILA DA MOCHA, que, no seguro entendimento de um dos seus eminentes filhos — Professor Leopoldo Portela Barbosa, — tornou-se "a célula mater das terras piauienses", nascida "à luz de um direito" e organizada "canonicamente, sobre as bases da fé".

Da leitura que, com justificado quão curioso prazer, fiz do quanto enriquece a valiosa publicação do referido nº 2 da aludida REVISTA, ficou a agradável sensação de inteirar-me da verdade de que Oeiras pode orgulhar-se de agasalhar autênticos valores culturais, filhos da terra do saudoso poeta, e bom poeta NOGUEIRA TAPETY prematuramente falecido, há muitos anos passados.

De Possidônio Nunes de Queiroz, José Expedito Rego e Costa Machado, aos quais conheci, embora superficialmente, quando daquela nossa viagem para Jaicós, deles tenho a impressão de serem os três mosqueteiros geniais e venerandos respeitados, do luzido clã cultural de Oeiras; e notável, sem detrimento do quanto se contém, em erudição e pesquisas históricas, na magnífica REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS, — a carta de Costa Machado ao ilustre oeirense, pontificando no Recife — DAGOBERTO JÚNIOR, — carta que, se o é, antes pode dizer-se ser um trabalho de magnitude histórica, no qual o missivista se aprofunda no estudo polêmico sobre a PENETRAÇÃO PRIORITÁRIA DE MAFRENSE NESTAS QUE DEPOIS SE CHAMARAM TERRAS DO PIAUÍ, título daquele seu estudo defendendo Domingos Afonso Sertão, o Mafrense, como o verdadeiro titular da descoberta das TERRAS DO PIAUÍ, ao em vez de, como entendem outros eruditos historiadores, haver sido Domingos Jorge Velho, afoito e célebre paulista, às voltas com a Guerra dos Palmares, e que, então "casado de pouco, lhe assistem sete índias Concubinas..." — o que aliás, diga-se VENIA DATA, não importa em desmerecer a imponente e máscula figura do VELHO Domingos Jorge, que aí,

na Chapada do Corisco, sempre autorizado a defendê-lo temos o nosso mais ilustre historiador — PROFESSOR ODILON NUNES, um patrimônio cultural da nossa terra.

De parabéns Oeiras e seus incansáveis homens de letras e seu INSTITUTO HISTÓRICO, que, honro-me em dizê-lo, tem, atualmente, como seu vice-presidente, o culto e virtuoso sacerdote e brilhante intelectual Padre David Ângelo Leal que em 1931, menino caladinho, foi meu aluno no INSTITUTO PADRE MARCOS, nome de uma escola que fundei quando pela primeira vez fui juiz de direito de Jaicós, então sob a chefia política do coronel Frutuoso Silveira, um político que, como exceção, sabia comportar-se frente à majestade da Justiça, que no Brasil, continua, infelizmente, sofrendo os efeitos maléficos do celebérrimo PACOTE DE ABRIL, salvo melhor juízo...

* * *

José Antonio Gonçalves de Mello, Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Venho agradecer-lhe a oferta do volume 2º da Revista do Instituto Histórico de Oeiras, do qual o Confrade é o Presidente. Queira aceitar pela publicação e pelo encargo os meus cumprimentos.

* * *

Olívar Dias da Silva, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores.

Acuso o recebimento do exemplar da "Revista do Instituto Histórico de Oeiras" — 1980, nº 2, que estou lendo, capítulo por capítulo, com muito prazer e atenção.

Os artigos são muito interessantes e eruditos, de modo que o Instituto está de parabéns, especialmente o seu Presidente pela publicação da obra.

* * *

Theddy Ribeiro.

Sua gentileza me proporcionou a agradabilíssima leitura do 2º número da Revista do Instituto Histórico de Oeiras.

Trata-se. realmente, de excelente publicação, com pri-

morosa feição gráfica e abrigando matéria cultural do mais alto nível.

Parabenizo o estimado amigo e os demais dirigentes dessa Instituição pela bela Revista que vem sendo editada.

* * *

Luiz Mendonça de Freitas, Diretor de Investimentos da Embratur.

Agradeço sensibilizado o envio da publicação de Revista do Instituto Histórico de Oeiras, que estou lendo com atenção e muito agrado.

NOTICIÁRIO

Nossa Capa — Cadeia Pública de Oeiras. A Cadeia Velha como nos acostumamos a chamá-la pelo fato de muitos de nós tê-la alcançado já em abandono (inexplicável abandono!) foi construída pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Terá sido a maior obra material do Visconde da Parnaíba em seus quase vinte anos de governo. Foi inaugurada em 1839 e cem anos depois já havia desaparecido da paisagem oeirense. Que o imperdoável desamor dos homens que indiferentes viram ruir esse extraordinário (quiçá o maior) monumento de nossa arquitetura oitocentista, seja-nos sinal de alerta. A responsabilidade pela preservação de nosso patrimônio cultural é dever de todos. Sobre a cadeia desaparecida transcrevemos interessante depoimento do naturalista inglês George Gardner: "Foi edificada sob a superintendência de um engenheiro alemão, que reside na Província desde muitos anos, a serviço do governo: o prédio é de dois andares, havendo apenas dois outros edifícios na cidade que lhe são iguais neste particular; a parte inferior serve de cárcere e casa de correção; a parte de cima é usada como Tribunal de Justiça". Os dois outros sobrados a que se refere o visitante são a Casa de Câmara e Cadeia (Círculo Operário) e o João Nepomuceno (Palácio dos Bispos de Oeiras); o Sobrado Major Selemérico foi construído para Palácio do Governo por Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1846.

Novos Sócios — Foram admitidas em sessão do dia 23 de junho do corrente na categoria de Sócio Efetivo as professoras Rita de Cássia Campos, Eva das Neves Feitosa e Amália do Espírito Santo Campos. Na mesma ocasião foram eleitos sócios correspondentes os bacharéis Pedro Ferrer Mendes Freitas e Alcides Martins Nunes, o arquiteto João Alberto Cardoso Monteiro e a Professora Celina Vieira Martins. A Assembléia ratificando posição anteriormente assumida e defendida pelo Diretor Possidônio Queiroz, manteve apenas para os sócios fundadores o direito de mesmo não residindo em Oeiras, ocupar cargos de Diretoria.

Revisão — Inevitáveis mas também imperdoáveis erros de revisão tiraram de certa forma o mérito de alguns trabalhos publicados em o nº 2 de nossa Revista. Tentamos uma errata. Mesmo assim é bom que se diga que os pesquisadores Leopoldo Portela Barbosa (págs. 24 e 25) e Dagoberto Carvalho (pág. 162) escreveram em seus originais 2 e não 3 de março ao referirem-se à data da inauguração da primitiva capela de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras em 1697. À página 184 falando de condecorações do Visconde da Parnaíba referiu-se o Dr. Da-

goberto Carvalho à Ordem da Rosa. Outra observação: à página 131 descrevendo o mesmo pesquisador o Palácio dos Bispos de Oeiras e analisando hipóteses sobre a procedência do Brasão de Armas que até 1930 encimava a portada principal do sobrado modificou ainda no original o final do segundo parágrafo. Escreveu então o autor: "O que se encontra no Arquivo Público é o de D. Francisco da Cunha Castelo Branco, ancestral mais remoto dos atuais do nome que o têm como de família."

Jornadas Médicas — Com o patrocínio do Instituto realizaram-se em Oeiras de 29 a 31 de agosto próximo passado a I Jornada Médica de Oeiras e I Jornada Oeirense de Médicos Escritores. Na ocasião foi instalada a Regional de Oeiras da Associação Piauiense de Medicina. A solenidade de Instalação dia 29 teve como conferencista o Presidente do Instituto que abordou o tema "José Luiz da Silva — De Cirurgião da Armada a Primeiro Médico do Piauí". A conferência do Dr. Dagoberto Carvalho foi publicada em regime de co-edição de que também participou o Instituto. Dia 31 de agosto as entidades promotoras do encontro fizeram aposição de placa comemorativa na casa em que viveu o Cirurgião-Mor — José Luiz da Silva.

Levantamento Cartográfico — Ainda com o apoio da Associação Piauiense de Medicina, da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores — Regional do Piauí e da Prefeitura Municipal de Oeiras, realiza o Instituto o levantamento cartográfico da área onde existiu o primeiro hospital provincial do Piauí — o Hospital de Caridade de Oeiras. À nossa iniciativa aderiu a Fundação de Saúde do Estado do Piauí (FUSEPI) através de compromisso firmado pelo seu Superintendente Átila Freitas Lira. Os trabalhos têm a direção técnica do Eng. Antonio Ferraz Batista.

Restauração — A preservação do patrimônio cultural piauiense foi sempre preocupação constante dos que fazem o Instituto Histórico de Oeiras. É bom lembrar que foi telegrama nosso (29 de março de 1973) ao então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho que despertou os poderes públicos para a inclusão de Oeiras no Projeto de Restauração de Cidades Coloniais e Barrocas do Nordeste (O Cometa — fevereiro 1974). Em 1975 a Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico Oeirense dirigiu-se em cartas abertas publicadas em O Cometa (maio daquele ano) ao Governador Dirceu Arcoverde e ao Prefeito de Oeiras Pedro Mendes Freitas encarecendo medidas urgentes no

sentido de salvar monumentos ameaçados de desaparecimento. Em março de 1979, já ao lado de João Alberto Cardoso Monteiro, outro entusiasta do movimento, dirigiu-se o Presidente do Instituto ao recém-nomeado Secretário da Cultura através do ofício que transcrevemos:

Exmo. Sr.

Dr. Wilson de Andrade Brandão

D.D. Secretário de Cultura do Estado do Piauí

Levados pelo interesse maior da defesa de nosso Patrimônio Histórico e Artístico e desejosos de que esse nosso interesse seja de utilidade à execução do Plano de Ação de Vossa Excelência, vimos apresentar com as considerações que se seguem, sugestões para a sua Política Cultural, no que se refere à preservação da Memória Piauiense.

Tomamos a iniciativa de representar os interesses desse Setor de nossa Cultura, pelo fato de estarmos direta ou indiretamente ligados a campanhas, projetos e obras de restauração em nosso meio, o que nos torna, pela vivência com o problema co-responsáveis pela sua solução.

Considerando a importância a nível nacional e internacional do acervo cultural piauiense;

Considerando que o referido acervo, particularmente no que diz respeito aos bens móveis, vem sendo vítima da ação predatória do tempo e do descaso levado pelo desconhecimento de seu valor;

Considerando que a parte móvel do referido acervo tornou-se, pelo interesse de compra de centros maiores, objeto de intensa especulação comercial;

Considerando termos fomentado a criação do IPHAPI (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Piauí) como órgão da Secretaria de Cultura do Piauí especificamente voltado para a solução dos problemas apontados;

Considerando o crescente interesse nacional pela preservação e defesa do Patrimônio Histórico e Artístico tanto por parte do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como da própria SEPLAN — PR (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) através do Programa de Restauração de Cidades Históricas,

Sugerimos:

1. Seja dada ao IPHAPI (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Piauí) estruturação e condições que permitam ao mesmo realização imediata de campanhas de conscientização, publicações especializadas, projetos para revitalização de monumentos e/ou espaços urbanos de interesse e levantamentos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e fotográficos, para efeito de cadastramento e/ou tombamento de bens culturais a preservar;

2. Que os investimentos para aquisição e/ou construção de imóveis do Estado ou Municípios em cidades históricas, sejam carreados, quando possível, para restauração e adaptação de edifícios considerados de valor Histórico ou Artístico;

3. Que seja fomentado o interesse dos Municípios no sentido de elaboração de uma Política Municipalista de preservação e defesa de seus bens culturais.

Na certeza de que o nosso interesse e as nossas sugestões sensibilizarão o espírito de homem público de V. Exa., subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior
Historiador — Autor de Pesquisas Históricas para Restauração de Monumentos no Piauí.

João Alberto Cardoso Monteiro
Arquiteto — Responsável pelo Programa de Restauração de Monumentos no Piauí.

De prático conseguiu o Instituto em 1972, com a Prefeitura Municipal, a restauração da Casa da Pólvora. Realiza agora a restauração do Passo de Lindoca (Rua do Fogo) e tenta conseguir do Prefeito Waldemar Freitas a restauração da Casa do Padre José Dias de Freitas, na Rua das Flores. Terá ainda colaboração de maneira decisiva para a consecução dos projetos de restauração da Matriz, Palácio do Bispo e Sobrado Major Selemérico.

FUNDAÇÃO IHO — O Presidente Dagoberto Carvalho acha-se empenhado na transformação do Instituto em Fundação Instituto Histórico de Oeiras, passo decisivo para a efetiva afirmação do IHO como órgão de defesa do patrimônio cultural de Oeiras. A reforma dos estatutos foi confiada ao Bacharel Pedro Ferrer Mendes de Freitas, destacado sócio do Instituto.

SENTIDO DA VIDA

Leopoldo Portela

"Eu vim para que tenham vida; e a tenham em abundância". Ev. de São João, 10,10.

O maior dom natural, que a Divina Providência nos deu, e nos dá continuamente, no decurso da existência, é a VIDA.

A vida que se manifesta, na dinâmica natural de uma operacionalização, que faz o existir, colocando o homem, naquela posição de participação da universalidade feliz de tudo que é, pela força criativa do Senhor.

Pela vida, o homem se efetiva digno dos dons, que Deus lhe deu, fazendo-os render, na proporção da responsabilidade, que atua, por compreensão de amor. Não se sepulta o tesouro vital, que gera rendas de sustentação, para a existência humana. Nem se enterra a grandeza pura, que se plantou entre os dons constitutivos da personalidade indivídua, que se manifesta plurivalente, naquilo, que realçará a obra prima do Criador.

Mediante a vida, trai-se às vezes, o pacto que na unilateralidade do contratante principal, só existe misericórdia, bondade, concessão de benesses e certeza absoluta de fidelidade, no compromisso do ajustado. Em contrapartida, ao lado do segundo elemento integrante do contrato, da parte humana portanto, surge o descompromisso, torna-se o homem insolvente, por desídia, negando o valor maior intrínseco da vida: ser um hino de gratidão ao Pai, que nos arrancando do nada, fez-nos o objeto imensurável de Sua predileção. Amor, que se assemelhou à loucura, através da pessoa do Filho, que se aniquilou, no patíbulo da Cruz, destruindo-se humanamente, para que a reparação do homem ofensor, estivesse à altura do Deus ofendido.

Por esta análise, entendemos perfeitamente, como a vida é essencialidade preciosa, para a efetivação da intencionalidade Daquele, que nos chamou à existência.

Ela — vida — jamais foi um caso factual, nem uma ocasionalidade fortuita, que nos atirasse à mercê das tirânicas realidades, que um destino ilógico de nós zombasse, fazendo-nos vítimas de padecimentos; ou trucidando-nos, com o desrespeito da liberdade, que integra a personalidade, em que fomos constituídos, como diz Paulo VI: "o crescimento (da vida) não é facul-

tativo; o crescimento do homem constitui um resumo de nossos deveres".

"Eu vim para que tenham vida; e a tenham em abundância"; diz o Senhor. (Jo, 10,10)

Para que tenham uma vida, que se nutre do pão da verdade e pauta seu existir, pelos Mandamentos, pela inspiração da graça, pela presença dos Sacramentos e pela obediência eficaz ao Magistério da Igreja.

Está bem claro, no Evangelho de São João, desde o seu capítulo 6º, como o Cristo Jesus se preocupava com a manutenção natural da vida, procurando pão, para os sequiosos de Sua palavra. Testa Felipe, perguntando-lhe como se mataria a fome daquele povo, que há longo espaço de tempo, não comia e nem tinha mais forças, para retornar às suas casas.

Felipe, matematicamente prático e ao mesmo tempo frio, responde, que duzentos dinheiros de pão não dariam, para que cada recebesse ao menos o bocado da consolação.

André, símbolo de esperança nascente, na alma dos que têm boa vontade, apresenta um jovem, que tem cinco pães de cevada e dois peixes. Mas, de imediato, mostra-se como admite mais a intransponibilidade material da realidade, do que a força incontrolável de QUEM sabe amar; pois o amor opera milagres, solucionando o problema de quem é alvo de sua pujança.

Tão preciosos são os instantes, que nos devem preparar para a Vida, que encontramos no final desta descrição do Evangelista do Amor, uma advertência do Cristo, determinando: "Recolhei os pedaços, que sobejaram, para que se não percam". (Jo, 6,12)

Aquele pão era o símbolo claro de um pão, que nos ofertaria, em breve; como comida insubstituível dos que viverão eternamente, pela posse inadmissível de Sua presença.

Aquele pão seria a preparação próxima, para tomarmos a Ceia do Seu Corpo, comendo-O cotidianamente e de modo digno, para mantermos a vida, que se perpetuará, na eternidade.

No modo existencial do cristão, não deve e nem pode haver lugar para a leviandade característica dos confessos materialistas.

A vida deve por nós ser compreendida, como a parcela pequenina da Essência Divina, que na sua união perfeita com a Subsistência, comete ao homem a possibilidade de mudando o seu modo de viver, jamais perder a centelha do Amor de Deus, que se manifestou, pela Vida, que nos deu.

Aquela Quinta-Feira Santa, que a História registrou, é a expressão máxima do amor de Cristo, pelos homens, realizando o modo de permanência viva e realmente dinâmica com os ir-

mãos, que ia remir; dia da exaltação mais sublime da Caridade, que se manifesta na humildade e no perdão; dia da instituição do sacerdócio perfeito do Novo Testamento, mediante o qual Seus ministros operariam na Sua Pessoa e perpetuariam a ação benéfica, divina e duradoura da Redenção.

Paremos um pouco, e vejamos se não é imperativo do amor de Deus, olhar-mos a Vida, como o maior dom natural da Providência; e a ela darmos condição, que seja a segurança da preparação da VIDA, que teremos, em abundância.

Teresina, outubro de 1980.

OEIRAS E O SEU INSTITUTO HISTÓRICO

Abimael Carvalho

O piauiense, na definição do mestre insigne que foi Abdias Neves, no seu livro "A Guerra do Fidié", "é um tipo essencialmente firme nas suas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos. Não é reformador, nem sofre arrebatamentos. É um reflexo do meio".

O oeirense então, a nosso ver, está retratado, de corpo inteiro, nas palavras do ilustre coestaduano. Realmente, somos nós, os que nascemos em Oeiras, uma gente apegada às suas convicções e aos seus hábitos, geralmente sem assomos de entusiasmo, quase pessimista, mesmo, e muito conservadora. É, não há dúvida, "um reflexo do meio" mas, já agora, não "pela facilidade dos meios de subsistência", como antigamente; ao contrário, pelas dificuldades que são inúmeras, muitas, pois o Piauí, não obstante o progresso dos últimos tempos, continua a ser o mais pobre e desamparado estado da federação.

Daí, certamente, a razão de empreendimentos vários, notadamente de ordem cultural não terem longa duração em nossa cidade. E não fora a abnegação de distintos conterrâneos, como o Professor Possidônio Nunes de Queirós e o Dr. Raimundo da Costa Machado, este nascido no Maranhão, mas tão oeirense quanto aquele que mais o for, e que desde muitos anos vêm-se dedicando ao desenvolvimento cultural da terra-berço, já nem mesmo tradições das mais caras, de um passado que não pode e não deve ser relegado ao esquecimento, teriam chegado às gerações mais novas. Um exemplo da atuação meritória dos denodados timoneiros, sempre ao serviço da velha urbe, temo-lo na empolgante campanha em que se transformou o movimento em prol da conservação do nome de Oeiras, quando da revisão, no ano de 1943, da toponomástica nacional. De tal maneira se conduziram, ao lado de outros batalhadores, na ajuda à "terra mater", ameaçada de perder o próprio nome, que o ardor patriótico pela justa causa superpondo-se ao pouco entusiasmo tão comum de nossa gente, à semelhança de um incêndio de grandes proporções, se alastrou por toda parte, indo despertar os sentimentos regionalistas dos oeirenses onde quer que se encontrassem. Foi uma luta sem tréguas, mas finalmente os louros da vitória compensaram os esforços dos que nela se empenharam.

Com o correr dos tempos, outros "Cireneus" se vieram juntar aos paladinos, dentre eles, Ribamar Matos, de saudosa memória, e José Expedito de Carvalho Rêgo. Ambos, enfrentan-

do um mundo de dificuldades e o indiferentismo de muitos, chegaram a fundar jornal. O primeiro "A Luz", de vida efêmera, e o segundo, em 1971, "O Cometa", órgão de divulgação e cultura, escrito em linguagem escorreita, tendo como colaboradores permanentes, além do diretor, o médico, poeta e jornalista, Dr. José Expedito de Carvalho Rêgo, Possidônio Queirós e Costa Machado, e cujo aparecimento foi saudado festivamente pelos bons oeirenses. Ainda não foi porém com "O Cometa", o valoroso mensário de José Expedito, que Oeiras pôde se livrar do epíteto de "Terra-Do-Já-Teve". O jornal, a exemplo de outros que o precederam, não durou muito. Não chegou ao sétimo ano de circulação. Para tristeza daqueles que tanto o apreciavam, cerrou as portas no primeiro semestre de 1976.

Registro especial deve aqui ser feito ao "Círculo Operário", sociedade que bons serviços já prestou à comunidade e que teve o seu período áureo ao tempo do Professor Baldumo Barbosa, quando a Velhacap viveu dias de agitação... mas salutar agitação, com a qual se visava instruir e educar os menos favorecidos da fortuna. Felizmente, está em funcionamento.

Por sorte, ainda na década de 70, uma plêiade de jovens idealistas, à frente o então acadêmico de medicina Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, também se veio juntar aos antigos combatentes — em cujas fileiras, é de justiça proclamar, vinham já militando outros abnegados, dentre os quais, mencionamos, pelo muito que tem feito por Oeiras, o Padre David Ângelo Leal — que, por maiores que fossem as adversidades, nunca desertaram o campo de batalha. E surgiu o "Instituto Histórico de Oeiras", "resultado maior de um momento intelectual que tivemos a felicidade de viver e a que, com pouca modéstia ousamos chamar de Movimento Oeirense de Renovação Cultural", como bem o definiu o próprio Dagoberto Júnior, no seu discurso de posse na presidência do sodalício, em 20 de janeiro de 1979. E com o Instituto, reunidos os velhos e os moços, possuídos de um mesmo ideal, novo ânimo embalara-nos — a nós, os oeirenses — em esperanças de melhores dias para o desenvolvimento cultural de nossa gente. E, para alegria geral, estamos vivendo os dias tão ansiosamente esperados. O Instituto aí está, e há de ficar, para que não chegue até os que vierem depois a pejorativa alcunha que por tanto tempo desmereceu o povo de Oeiras. Para tanto, aliás, aqui fica um apelo às autoridades do Estado do Piauí e às municipais, de Oeiras, mui especialmente ao Sr. Prefeito, no sentido de que continuem a dar o seu apoio, não apenas moral, mas sobretudo material, a tão nobre quão necessária instituição, inegavelmente

de grande utilidade pública, não só para Oeiras como para o Piauí.

O Instituto vem, galhardamente, cumprindo a sua missão, e já é, sem favor, o guardião das tradições de nossa terra, como sentinela indormida, permanentemente alerta, na defesa do que mais caro possuímos: um passado que se constitui o capítulo primeiro e, certo, o de maior significação da história de nosso Estado, porque foi em Oeiras que o Piauí nasceu; porque foi em Oeiras que tivemos a nossa independência a 24 de janeiro de 1823; enfim, porque foi em Oeiras que se tomaram, até o princípio da segunda metade do século XIX, todas as resoluções importantes e decisivas de interesse dos piauienses.

Desde a sua fundação, no ano de 1972, as diversas diretorias não se têm descurado de fazer efetiva a atuação da casa que tem como patrono Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, ora através de publicações na imprensa; ora recebendo conhecidos intelectuais, para dissertações, as mais eruditas e proveitosas, como ocorreu nas comemorações do sesquicentenário da Independência Nacional, com a realização de uma série de conferências sobre a participação do Piauí nas lutas para sua libertação do jugo português, tão bem representado pelo eficiente comando do Major João José da Cunha Fidié, e que teve como pontos culminantes a batalha do Jenipapo, o cerco de Caxias e o 24 de janeiro de 1823, data da proclamação da independência na capitania; ora nobremente patrocinando solenidades várias, como aconteceu por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Dagoberto Ferreira de Carvalho; ora empenhando-se na consecução de objetivos com vistas à propagação da cultura e à manutenção de nosso patrimônio histórico. Para exemplo, vale citar a restauração, pela Prefeitura Municipal, da "Casa da Pólvora", verdadeiro monumento histórico, que por muitos anos esteve completamente abandonada, por pouco não desaparecendo. Hoje, graças ao Instituto Histórico de Oeiras, lá está, no alto do Rosário, toda de pedra, e com a sua antiga imponência a relembrar um passado de grandezas. E, não fora a interferência do Instituto, o seu fim teria sido tão melancólico como o de outras relíquias dos tempos da capitania e da província que, também criminosamente abandonadas, entregues à própria sorte, há muito desapareceram. E em andamento estão os trabalhos de restauração da antiga Igreja Matriz, hoje Catedral; do antigo Palácio do Governo, construído na presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos; e do antigo Sobrado João Nepomuceno, atualmente Palácio Episcopal. Há a ressaltar, por fim, que as principais metas da atual diretoria, decorrido pouco mais de um ano, qua-

se todas foram alcançadas, o que comprova a dedicação dos responsáveis pelo funcionamento da entidade.

Em janeiro de 1980, já instituído o seu dia — 26 de dezembro — pela Lei Municipal nº 1.135, de 22 de agosto de 1979, a velha Oeiras, engalanada, e pela mão do seu Instituto Histórico, assistia, em solenidades marcantes, a inauguração da estátua do Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos, que muitos serviços prestou à cidade e ao seu povo, num paroquiato de mais de 17 anos; o lançamento do segundo número da "Revista do Instituto Histórico de Oeiras", cometimento que sobremodo honra os que transformaram em realidade o que de há muito, para muitos, era uma ardente aspiração; e, por último, a uma memorável sessão do próprio Instituto, que fechou com chave de ouro as comemorações do 24 de janeiro, e na qual, com a palavra abalizada de brilhante conferencista, o Professor Wilson Brandão, foram realçados os feitos de seus filhos na campanha da independência e sobejamente demonstrado ser o 24 de janeiro, de fato, o dia do Piauí.

Temos agora o terceiro número da revista e documento contendo subsídios relativamente à verdade histórica do 24 de janeiro já foi entregue, a quem de direito, com o pedido de que — ante as "irrefutáveis razões apresentadas" — "promova os atos necessários ao estabelecimento do dia 24 de janeiro de 1823 como data da independência do Piauí".

É o Instituto em marcha, conduzindo, firmemente, a bandeira legada pelos antepassados: a bandeira de Mafrense.

PARTICIPAÇÃO DE OEIRAS NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ

Wilson Brandão

Lembro-me que certa vez em uma leitura antiga, senti que determinado professor brasileiro, chegando a uma terra em que deveria pronunciar uma palestra sobre a sua história, ficou em dúvida, porque tinha sido convidado para contar uma história que todos conheciam. Nessa dificuldade, quis o velho professor afastar-se e tentou algum dos circunstantes como poderia proceder em virtude da certeza que ele tinha de que tudo aquilo que fosse dizer já era sabido pelo povo da terra. Alguém alvitrou: diga as cousas de um modo diferente. Parece-me que a dificuldade do professor aumentou muito mais ainda. E essa é a minha dificuldade. Contar a vocês algo da história de Oeiras, que todos vocês conhecem muito bem e, provavelmente, muito melhor do que eu, porque têm vivido e feito essa história. Acrescida essa dificuldade da obrigação de contar a história de um modo diferente. Mas, meus amigos, quando nós damos um balanço na história da participação da antiga Província do Piauí, cuja Capital era Oeiras, nas lutas da Independência, naturalmente dois pólos se colocam à nossa imaginação, ao nosso estudo, à nossa crítica: Oeiras dominando o sul da Província, Parnaíba senhora do norte.

A rivalidade é grande, entre as duas vilas, rivalidade que afinal de contas se tornava excessivamente agressiva, porque Parnaíba acalentava um velho sonho, de tomar o lugar de Oeiras para ser a Capital da Província. E quando se fez a Independência, ainda aí, se notava a diferença de procedimento entre a Capital e a progressista Vila de S. João da Parnaíba.

Os historiadores vieram e contaram como se conduziram uma e outra. E afinal de contas, quando se estabeleceu a diferença de contribuição entre Oeiras e Parnaíba, chegou-se à convicção de que Parnaíba havia dado aos trabalhos da Independência do Piauí, uma contribuição diversíssima da de Oeiras, como se estivesse mais preparada intelectualmente do que a Capital. E, essa impressão não nos abandonava com facilidade, porque na verdade, lá no norte, como um dos grandes mentores do movimento de emancipação, se encontrava um homem notável pela inteligência, pela cultura, pelo prestígio social, advindo da Europa, da Universidade de Coimbra, João Cândido, o Juiz de Fora.

Pensador, filósofo, jurista, cultura demonstrada através de inúmeras publicações, João Cândido de Deus e Silva era a

se todas foram alcançadas, o que comprova a dedicação dos responsáveis pelo funcionamento da entidade.

Em janeiro de 1980, já instituído o seu dia — 26 de dezembro — pela Lei Municipal nº 1.135, de 22 de agosto de 1979, a velha Oeiras, engalanada, e pela mão do seu Instituto Histórico, assistia, em solenidades marcantes, a inauguração da estátua do Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos, que muitos serviços prestou à cidade e ao seu povo, num paroquiato de mais de 17 anos; o lançamento do segundo número da "Revista do Instituto Histórico de Oeiras", cometimento que sobremodo honra os que transformaram em realidade o que de há muito, para muitos, era uma ardente aspiração; e, por último, a uma memorável sessão do próprio Instituto, que fechou com chave de ouro as comemorações do 24 de janeiro, e na qual, com a palavra abalizada de brilhante conferencista, o Professor Wilson Brandão, foram realçados os feitos de seus filhos na campanha da independência e sobejamente demonstrado ser o 24 de janeiro, de fato, o dia do Piauí.

Temos agora o terceiro número da revista e documento contendo subsídios relativamente à verdade histórica do 24 de janeiro já foi entregue, a quem de direito, com o pedido de que — ante as "irrefutáveis razões apresentadas" — "promova os atos necessários ao estabelecimento do dia 24 de janeiro de 1823 como data da independência do Piauí".

É o Instituto em marcha, conduzindo, firmemente, a bandeira legada pelos antepassados: a bandeira de Mafrense.

PARTICIPAÇÃO DE OEIRAS NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ

Wilson Brandão

Lembro-me que certa vez em uma leitura antiga, senti que determinado professor brasileiro, chegando a uma terra em que deveria pronunciar uma palestra sobre a sua história, ficou em dúvida, porque tinha sido convidado para contar uma história que todos conheciam. Nessa dificuldade, quis o velho professor afastar-se e tentou algum dos circunstantes como poderia proceder em virtude da certeza que ele tinha de que tudo aquilo que fosse dizer já era sabido pelo povo da terra. Alguém alvitrou: diga as cousas de um modo diferente. Parece-me que a dificuldade do professor aumentou muito mais ainda. E essa é a minha dificuldade. Contar a vocês algo da história de Oeiras, que todos vocês conhecem muito bem e, provavelmente, muito melhor do que eu, porque têm vivido e feito essa história. Acrescida essa dificuldade da obrigação de contar a história de um modo diferente. Mas, meus amigos, quando nós damos um balanço na história da participação da antiga Província do Piauí, cuja Capital era Oeiras, nas lutas da Independência, naturalmente dois pólos se colocam à nossa imaginação, ao nosso estudo, à nossa crítica: Oeiras dominando o sul da Província, Parnaíba senhora do norte.

A rivalidade é grande, entre as duas vilas, rivalidade que afinal de contas se tornava excessivamente agressiva, porque Parnaíba acalentava um velho sonho, de tomar o lugar de Oeiras para ser a Capital da Província. E quando se fez a Independência, ainda aí, se notava a diferença de procedimento entre a Capital e a progressista Vila de S. João da Parnaíba.

Os historiadores vieram e contaram como se conduziram uma e outra. E afinal de contas, quando se estabeleceu a diferença de contribuição entre Oeiras e Parnaíba, chegou-se à convicção de que Parnaíba havia dado aos trabalhos da Independência do Piauí, uma contribuição diversíssima da de Oeiras, como se estivesse mais preparada intelectualmente do que a Capital. E, essa impressão não nos abandonava com facilidade, porque na verdade, lá no norte, como um dos grandes mentores do movimento de emancipação, se encontrava um homem notável pela inteligência, pela cultura, pelo prestígio social, advindo da Europa, da Universidade de Coimbra, João Cândido, o Juiz de Fora.

Pensador, filósofo, jurista, cultura demonstrada através de inúmeras publicações, João Cândido de Deus e Silva era a

pessoa mais bem talhada para conduzir intelectualmente o movimento da independência no Norte. E ao seu lado, dando-lhe o apoio financeiro, se achava outro homem, também notável por sua força e pelo seu poder econômico e por uma espécie de lenda, que se tinha criado em torno do seu nome, em virtude da sua riqueza, da sua formação intelectual em parte devida a velhos contactos mantidos na Europa, o que era uma raridade entre nós.

Graças a essas idéias fundamentais logo se disse que Parnaíba tinha feito tudo pela Independência. Oeiras teria apenas declarado essa Independência. Oficialmente teria aderido à Independência, proclamada a 7 de Setembro de 1822.

Eis aí um ponto que deve ser divulgado entre os piauienses. Não, absolutamente não, para tirar dos parnaibanos o mérito da contribuição que eles deram. Nós lhes somos ainda hoje muito gratos. Nós reverenciamos os heróis parnaibanos. Mas não seria, por isso, que fôssemos negar a contribuição também de Oeiras, altamente qualificada, inclusive sob o ponto de vista intelectual.

É preciso, realmente, meus amigos, que não nos esqueçamos de que Oeiras era a Capital da Província. E, se havia João Cândido no Norte, sozinho quase, sob ponto de vista intelectual, Oeiras tinha a estrutura de Capital, de cidade líder da Província e onde se reuniam os seus maiores valores. Apenas, talvez impossibilitados, ou pelo menos impedidos de uma manifestação mais clara, de seus intentos e de seus propósitos, porque aqui estava a permanente vigilância do governo, impossibilitando assim a revelação dos desejos que tinha o povo de Oeiras de seguir ao Príncipe D. Pedro, já vitorioso na sua proclamação de 7 de Setembro.

Com efeito, não nos esqueçamos de que antes, ainda em 1821,quando aqui chegavam as notícias das Cortes a se reunirem em Lisboa, a fim de estudarem a situação de Portugal e do Brasil, Oeiras como que acordou do seu sono de oficialismo e se manifestou abertamente nas ruas, nas praças e nos conciliábulos em sintonia perfeita com as idéias que vinham de Portugal, idéias que o Brasil traduzia em termos de liberdade e de independência, porque os representantes brasileiros, inclusive piauienses que chegassem às Cortes de Lisboa, não iriam, absolutamente, como não foram, saudar Portugal, o Reino Unido ao Brasil, mas mostrar na Velha e antiga Metrópole que aqui se formara, efetivamente, uma Pátria, sedenta de liberdade, com as horas contadas para a proclamação da sua independência. E é neste momento em que, ao lado do representante da nossa Província, Domingos da Conceição, por-

tuguês de nascimento, encolhido na sua cadeira, diante dos outros representantes continentais, se levantava a figura augusta de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, velho lutador pela liberdade na Colônia e que ia mostrar e revelar na Europa que o Brasil já não podia mais estar sob o jugo de Portugal, nem mesmo unido à velha Metrópole para conseguir os mesmos destinos porque outros destinos já tinha o Brasil tão bem traduzidos no pronunciamento das suas lideranças da época.

Estas idéias chegam a Oeiras. Oeiras as recebe como poderia receber uma cidade pacata, sob os olhos do Governo, mas ainda assim refletindo-se na sua posição geográfica e política de uma cidade, como se mostraria depois, que era o ponto de convergência de todos os caminhos do Norte da Colônia, o que significa Oeiras em contato com todo o Brasil. Seria impossível que uma cidade, uma Capital, gozando desta posição, se mantivesse omissa. E nós sabemos que desde esse momento se levantaram oeirenses, piauienses portanto, e, ao lado deles, portugueses que abraçavam a causa nacionalista do Brasil. E os movimentos de rua começaram. Os protestos contra as autoridades portuguesas se levantaram nobremente por Antonio Cahú, tão mal estudado ainda e dependendo de uma reabilitação histórica, que já começamos a fazer em nosso livro sobre a Independência do Piauí, e que foi caluniado como um louco na época em que se insurgia contra as autoridades portuguesas. Cahú era naturalmente um liberal, um homem voltado para as grandes conquistas da liberdade. Se Cahú não fosse tudo isso que nós procuramos mostrar nos dias de hoje, quem se interessaria por ele para deportá-lo de Oeiras, atirá-lo nos confins do Norte da Província, se não se sabendo que ele tinha realmente valor, que ele era um homem temível, capaz de levantar as massas. Eis aí o movimento característico de Oeiras e, apesar daquele comportamento do governador Elias José de Carvalho, homem sensato, mais tímido do que sensato, que soube resolver certos problemas, sobretudo com autoridade de chefe do governo, apesar de tudo isso, ainda ele se encontrava com dificuldades porque sentia que os oeirenses, àquela altura, já estavam de certo modo incontroláveis. Passa-se o ano de 1821; 1822 eleições precipitadas, eleições inesquecíveis, como em todas as eleições à época e de quase todas as épocas, vencidos e derrotados, e muito derrotados pelo grande mal, a fraude eleitoral. Um homem notável na época, notável pelo bom senso, notável pela riqueza, notável pelos contatos que mantinha e porque trazia de certo modo Oeiras e toda a região diante de si curvados, foi exatamente o contrariado nessas eleições. Não vamos dizer que Manuel de Sousa Martins, o futuro Visconde

de Parnaíba, se tinha, apenas em virtude de melindres, se levantado contra o governo e contra o regime. Não. Mas a sua derrota injusta, a ofensa aos seus brios de cidadão eminente da época, tudo isso contribuiu para que ele se levantasse mais impetuosamente, se levantasse quase precipitadamente e com a sua tática característica não disse ao povo, do seu desgosto, não revelou a sua contrariedade, mas visitou amigos, conquistou adversários antigos, reuniu em um concílio único a família, por vezes dividida. E, em silêncio como costumava trabalhar, com habilidade arregimenta o povo de Oeiras, prepara a cidade para o movimento que vai deflagar, o movimento de independência, custasse quanto custasse. E Manuel de Sousa Martins estava, a 31 de dezembro de 1822, em reunião histórica, quando a Junta de Governo, presidida pelo Padre Matias, chamou os cidadãos responsáveis de Oeiras para examinarem a situação da cidade e da Província, porque havia corrido e chegado ao palácio, que Oeiras estava prestes a se insubordinar, a levantar-se pela independência. Há a reunião. Ali está o Presidente que é o Chefe do Governo, já conhecido Padre Matias. Ali estão, com toda a severidade, as demais autoridades constituídas. E, entre aqueles que foram vistos e ouvidos no momento, naquela reunião matutina e decisiva para os destinos da Província, estava num retrato falado de um filho desta terra, o renomado escritor Clodoaldo Freitas, um homem de estatura regular, mais baixo do que alto, forte, diferentemente dos outros, cujos olhos, aparentemente não brilhavam, mas se bem fixados, eram espantosas centelhas e que se distinguia dos outros e que era visto por todos exatamente por sua voz diversa das demais, gutural e quase sempre solene. Manuel de Sousa Martins vai ouvido, vai escutado por agentes do governo. Mas, quando aquela reunião termina, estão tomadas providências de repressão aos oeirenses que queriam libertar a cidade e a Província. Manuel de Sousa Martins nem sequer é acusado. Por que? Não sabemos. A História não revelou isso, mas a verdade é que, se não se podia dizer que Manuel de Sousa Martins estava à frente do movimento de libertação da Província, era apenas porque ele trabalhava às ocultas, mas já estava senhor da situação. Faltava apenas dentro do seu bom senso e da sua concepção política que iria vigorar pelo resto da sua longa vida, restava apenas chegar à sua convicção a certeza de que Oeiras não estava sozinha, que Oeiras era um elo na cadeia da liberdade. E quando isso se esclareceu, a 14 de janeiro de 1823, quando aqui chegaram aqueles históricos correios trazendo correspondência conclamando Oeiras e o Piauí para a adesão à Independência, e que não lhe faltaria apoio de qualquer na-

tureza, Manuel de Sousa Martins, em um momento, se assenhoreou da situação, reviu-a completamente, manteve todos os contactos e a 24 de janeiro do mesmo ano, na madrugada, quando a Junta de Governo dormia a sono solto, sob a certeza de que nada aconteceria, são distribuídos soldados e cidadãos outros de Oeiras, homens de toda a espécie, altamente comandados pelo futuro Visconde, por todos os pontos estratégicos da velha capital. E aí se deu a grande surpresa. Manuel de Sousa Martins, ao alvorecer do dia 24 de janeiro, carregando atrás de si o povo incontido de Oeiras, mostrava à Junta que já se dispersara, não se sabe para onde, que Oeiras não era mais uma cidade de Portugal, mas Oeiras havia entrado na corrente da liberdade e da independência aderindo ao Príncipe D. Pedro. Oeiras independente, independente como todo o Brasil. Eis aí meus amigos oeirenses, eis aí meus amigos piauienses, em resumo, como se fez a independência do Piauí e a sua declaração há 157 anos. Mas teria sido apenas, como alguns disseram há poucos dias, uma adesão a alguma cousa que já estava feita? Manuel de Sousa Martins e Oeiras não se teriam arriscado, muito embora já desconstituída a Junta de Governo de Portugal? Tinha sim. E, meus amigos, era muito mais difícil declarar-se a independência em Oeiras, onde estava o Governo, onde estava a força do Governo, aonde poderia chegar, a qualquer momento, a força esperada da velha Metrópole Portuguesa, do que lá no Norte onde se poderia agir longe de tudo isso, podendo se manifestar com espontaneidade e espírito de liberdade e de independência. Mas quando Oeiras assim procede, o que ela mostrava era o resultado de um trabalho muito longo, de uma idéia ao longo do tempo e cautelosamente amadurecida.

Oeiras já recebera com palmas, incontidas palmas, com entusiasmo, com aplausos que teriam certamente a mesma ressonância dos dias de hoje, Leonardo das Dores, então Leonardo Carvalho Castelo Branco. Jovem ainda, impulsivo, que vinha da sua fazenda, do Norte das proximidades da Vila de Parnaíba. E aqui recitava com calor e com vida, concitando já o povo que o aplaudia, através de uma de suas poesias patrióticas, que já era em 1822, começo do ano, um verdadeiro canto, uma ode de liberdade, que Oeiras recebia com aplausos pressentindo a missão que dois anos depois haveria de efetuar aqui nesta terra. Preparava-se ainda Oeiras, não sabemos como, naqueles clubes secretos, não denominados, sem sede própria, de que falava com toda a sua exasperação de português o Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, aquele mesmo que denunciara Oeiras na reunião histórica a que nos referimos,

de 31 de dezembro de 1822. É ele que nos fala no documento que nos deixaria, de grande valor histórico, que o povo estava dominado, não se sabe porque nem por quem, mas haviam "clubes", "partidos", que se reuniam não se sabia onde, mas se reuniam efetivamente, porque depois de tudo isso, no café da manhã de cada oeirense responsável, lá estava o boletim concitando-o para que se colocasse ao lado das outras províncias. Eis aí como se prepara Oeiras. A proclamação de 24 de janeiro não é apenas um ato de quem assaltou o governo, de quem fez uma reunião de vereadores, de quem esteve na Câmara, de quem gritou liberdade e independência nas ruas e praças de Oeiras. Não, ali estava o resultado de um trabalho constante da inteligência e do sentimento de Oeiras, trabalhado, nos velhos clubes de que falava o Sacerdote, o vigilante da causa portuguesa. Eis porque podemos afirmar, e o fazemos com a nossa convicção de historiador, que a independência em Oeiras se fez com a mesma qualificação, no mesmo nível com que foi tentada debalde em São João da Parnaíba, em 19 de outubro de 1822.

As datas de uma Cidade, de um Estado, de uma Província, de um País, não se fixam em cartório. E até os cartórios falham por vezes. Brasília já estava feita oficialmente e sua data é 21 de abril de 1960, quando lá já havia despachado o Presidente da República, quando, há anos, a cidade se construía no ermo do planalto central. Teresina tem a data menos histórica da sua vida, dentre as datas históricas de sua vida — 16 de agosto —, escolhida apenas por uma comissão de historiadores levados não sei porque e que se convenceram de que a principal data da cidade, aquela que deveria encabeçar o seu calendário, seria 16 de agosto, quando o Presidente Saraiva, apenas em um lacônico ofício comunicava aos demais presidentes de província da época que ali já se encontrava e despachava na nova capital. Outras datas anteriores podem ser apontadas com muito mais mérito, mas hoje quase ninguém discute. Teresina nasceu a 16 de agosto. E assim por diante. Como as datas de cidade e província, e tantas outras datas, estaria também o Dia do Piauí. Uma lei fixou-o convencionalmente a 19 de outubro, porque foi nesta data que em Parnaíba João Cândido de Deus e Silva, já citado por nós e Simplício Dias da Silva, também já nosso conhecido ao lado de outros patriotas, piauienses, reunidos, manifestaram sua adesão não propriamente à Independência; fixemos bem essa idéia para que revivamos melhor a história de nosso Estado, de nossa terra. Aderiram não propriamente à Independência do Brasil, mas quiseram e manifestaram o seu desejo de que o Piauí con-

tinuasse unido ao Reino de Portugal, apenas gozando dos mesmos direitos e das mesmas prerrogativas que Portugal e Algarves. A diferença era realmente muito grande. Algarves integrava o Reino Unido apenas historicamente. E era uma simples figura geográfica. O Brasil era espezinhado. Todos os direitos convergiam para Portugal e não se falava em Reino Unido. Falava-se com exclusividade em Portugal. Parnaíba queria que se falasse também no Brasil, não que houvesse a separação dos dois, queria apenas a equiparação de seus direitos. Parnaíba, neste ponto, estava atrasada, estava defasada na política brasileira, porque ainda ressoava aos ouvidos dos seus líderes os primeiros pronunciamentos dos nossos representantes em Portugal nas Cortes de Lisboa, quando lá ainda, com certa timidez e vaiados pelos portugueses que se levantavam como adversários do Brasil, não diziam ainda os seus verdadeiros propósitos, mas se preparavam para o grande assalto parlamentar. Diziam que o Brasil queria continuar unido a Portugal, mas estabelecia uma condição: a igualdade. Quando a 19 de outubro de 1822, em Parnaíba, se levantaram os heróis, cuja atitude nós reverenciamos ainda hoje, eles falavam a linguagem dos nossos representantes no início de sua carreira, e das suas intervenções parlamentares. Não haviam acompanhado aquela figura garbosa, tonitruante de Antonio Carlos, o mesmo que já estivera preso pelos seus ideais libertários em 1817, em Pernambuco com os autos de um projeto de constituição liberal. Levantava-se numa rápida evolução da sua posição de representante de ultramar para dizer que, a partir daquele momento (isso ainda não chegava aos meados de 1822), o Brasil já não defendia a sua união com Portugal. Era uma personalidade própria, ao lado de Portugal, não como um Reino Unido, mas ao lado de Portugal como todas as outras nações da época, da Europa e do mundo.

Parnaíba ignorava isso, porque ali não existia aquele elo que se criou em Oeiras graças à habilidade, à sensatez e à tática político-militar do Visconde da Parnaíba. Em Parnaíba não se constituíra propriamente um momento da história brasileira; retardados os seus líderes mais eminentes, o movimento falhou e bastou que chegasse lá, ao litoral, a notícia de que Fidié, o comandante português, se destacara de Oeiras para o norte levando força suficiente para julgar e subjugar os parnaibanos insubordinados, bastou essa notícia para que eles se dispersassem, para que eles deixassem Parnaíba. Não queremos dizer que por covardia, seria uma injustiça aos gloriosos parnaibanos, mas porque não tinham forças e reconheceram a precipitação da sua atitude.

Isto nos convence exatamente porque, quando deixam Parnaíba, quando vão para Granja, de onde partem para diversos pontos do Ceará, não são homens que fogem no rigor da expressão; são homens que vão se preparar não para voltar ao Piauí e lutar como novamente lutaram pela independência da nossa terra.

Mas, deveremos estabelecer aí a diferença entre a precipitada Parnaíba e a sensata, firme e segura Oeiras. E se a data do Piauí não fosse tão convencional como tantas outras datas, ela voltaria, meus amigos, a ser como antes: 24 de janeiro.

(Conferência pronunciada na sessão solene com que comemorou o Instituto Histórico de Oeiras o 157º aniversário da adesão do Piauí à Independência do Brasil — Janeiro 1980).

VIGÁRIOS DE OEIRAS

Dagoberto Carvalho

Criada em 1696 por D. Frei Francisco de Lima e solenemente instalada pelo Padre Visitador Miguel de Carvalho em 2 de março de 1697 teve a freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras até 1973 os seguintes vigários:

1697	— 1736	—	Thomé de Carvalho e Silva
1737	— 1756	—	André da Silva
1757	— 1766	—	Antonio Luiz Cantinho
1767	— 1781	—	Dionísio José de Aguiar
1782		—	Henrique José da Silva (Encomendado)
1783	— 1785	—	Dionísio José de Aguiar
1785 (dez)	— 1787	—	Henrique José da Silva (Encomendado)
1787	— 1790	—	Dionísio José de Aguiar
1791	— 1794	—	Francisco Raymundo de Araújo (Encomendado)
1794 (dez)	— 1795	—	Francisco Inácio de Lima Taveira
1796	— 1810	—	Cosme Damião da Costa
1811	— 1822	—	Mathias Pereira da Costa
1822 (ago)	— 1824 (set)	—	Joaquim José Monteiro de Carvalho e Oliveira
1824 (out)	— 1831	—	João da Rocha Vale
1831	— 1839	—	Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago

1840	— 1871	— João de Sousa Martins
1872	— 1906	— José Dias de Freitas
1907	— 1915	— Aristheu do Rego Barros
1916 (jan)	— 1917 (mar)	— Acylino Baptista Portella Ferreira
1917 (abril	— agosto)	— Joaquim de Oliveira Lopes
1917 (ago)	— 1931	— José Gomes da Silva
1932	— 1950	— Antonio Cardoso de Vasconcelos
1951	— 1973	— Leopoldo Portela Barbosa

Colaboradores: 1712 — Baltazar de Faria e Miranda, Vice-Vigário; 1732 — Manuel Marques, Coadjutor; 1734 — André da Silva, Coadjutor; 1772 — março a setembro e de 1775 a 1778 — João Cordeiro, Coadjutor; 1780 a 1781 — João José Caitano F. de Sousa, Coadjutor; 1788 a 1892 — José Francisco Pinto da Costa, Coadjutor; 1789 — Domingos Borges; 1791 — Luiz de Bolonha, Missionário Apostólico; 1797 — José Manuel de Sousa; 1798 — 1810 — Matias Pereira da Costa, Coadjutor; 1915 — Roberto Lopes, Coadjutor.

O presente levantamento, o primeiro que se esboça, fundamenta-se em pesquisa realizada no Arquivo da Catedral de Oeiras, tomando por base os assentamentos de batisados que de um modo geral trazem o nome do celebrante e sua condição eclesiástica. No referido Arquivo existe apenas um Livro de Tombo, incompleto e em péssimo estado de conservação e, ainda assim, com registros correspondentes já ao primeiro quartel do século XX. Sobre este particular transcrevemos depoimento de D. Antônio Cândido de Alvarenga (Provimento de Visita) lavrado à falta do livro competente, à página 60 do Livro de Baptizados nº 9 — Oeiras — 1883 a 1885:

"Do exame dos livros dos registros parochiais verificamos que não tem havido cuidado na conservação dos mesmos e que nem todos têm sido escriturados com aceio e limpeza e notamos que se tendo estragado dois livros antigos de tombo, não foram substituídos por um novo, nem se continuou mais a fazer os registros de Mandamentos e Ordens dos Superiores da Diocese e dos outros documentos cuja conservação fosse de utilidade e interesse da Parochia..."

BENEDITO AMÔNICO DE FREITAS

Pedro Ferrer Mendes de Freitas

Terra de músicos notáveis e de tradição literária a que nenhuma outra se compara neste Estado, Oeiras, no entanto, não tem sido pródiga em valores para outras manifestações da Arte.

É o caso das chamadas Artes Plásticas (compreendem o desenho, a pintura, a gravura, a colagem, a escultura, etc.). Não se tem notícia, na ex-capital, de nenhum grande artista plástico do século passado. Já nesta centúria, na sua primeira metade, aparece Benedito Amônico de Freitas como único e definitivo destaque na pintura e na arte escultória. Mesmo assim, só os mais idosos e os parentes próximos sabem do quanto era capaz Burane (apelido do artista, o qual se supõe dos tempos de criança, pois nada se sabe da sua origem ou do seu autor). Da geração atual, então, acredita-se que são poucos os que dele já ouviram falar.

É, pois, digna dos mais altos encômios a lembrança do Instituto Histórico de Oeiras, pelo seu Presidente, o moço idealista e emérito historiador que é Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, de solicitar e fazer inserir neste terceiro número da Revista do IHO este despretensioso trabalho (não chega a ter um cunho biográfico): outro fito não tem que o de mostrar a quantos se interessem por nomes e tradições da velha Oeiras o talento de um artista pouco lembrado em sua terra.

Antes merece um registro, por dever de justiça, o florescimento em Oeiras, também na primeira metade deste século, de uma verdadeira escola de grandes artesãos de copos de prata, que chegaram a ser conhecidos além-fronteiras do Estado. Verdadeiras obras de arte, os copos eram feitos sob encomenda, destacando-se neste trabalho, entre outros, os Srs. Clóvis Freitas, Raimundo Portela, que chegou a receber prêmio em exposição realizada em Recife, no ano de 1939, e Luiz Guanabara. Este último ainda se encontra em franca atividade.

Mas voltemos ao nosso artista.

Filho de Silvino Dias de Freitas e de Raimunda da Cunha Freitas, Burane nasceu em Oeiras a 4 de maio de 1886, em casa já demolida, à Rua Manuel Clementino, atual residência de nº 84 (situando melhor, trata-se da via que dá acesso ao Bairro do Rosário e que se inicia com o popular beco de Antônio Gentil). Casou-se com a sua prima Affonsina Rosa Ferreira de

Freitas, nascendo do consórcio os seguintes filhos, todos já falecidos: Raimundo Ferreira de Freitas, João Milton de Freitas (o João Burane, de saudosa memória) e Luiz Gonzaga de Freitas.

A sua infância foi toda passada em Oeiras, na companhia dos pais e irmãos. Destes ainda vivem, em idade provecta, duas irmãs, de uma prole de nove filhos que teve em Burane o primogênito: Dona Vitória Freitas Martins, viúva do Sr. Pedro de Sousa Martins, mais conhecido por Pedro Velho, e Dona Maria de Jesus Freitas de Moraes (Dona Marocas), viúva do Sr. José Raimundo de Moraes, residente em Teresina.

Aprendeu a ler e a escrever com o seu tio-avô Plínio Dias de Freitas, professor de muitos moços, principalmente os da família, no final do século XIX. Outro parente próximo (primo legítimo do pai) que teve muita influência na vida do jovem Burane, inclusive por lhe ter proporcionado a prática do trabalho de cartório, que lhe serviria, mais tarde, para chegar ao tabelionato, foi o Dr. Joaquim Dias de Freitas, Juiz Distrital de Oeiras, de 1909 a 1911 (Burane ajudava-o nos trabalhos forenses, por ter excelente caligrafia). Removido para a Comarca de São Raimundo Nonato, como Juiz de Direito, em novembro de 1911, o Magistrado levou-o em sua companhia, então com 25 anos, já casado, bem como um outro parente, também moço, José Otino de Freitas, que ao retornar a Oeiras com Burane, em 1915, face à remoção do Dr. Joaquim para a Comarca de Jaicós, deixou o Piauí, ingressando na carreira militar. Muitos anos mais tarde, como Coronel-Engenheiro do Exército, José Otino veio a ocupar o Governo do Território de Rondônia, onde ainda vive (reformado) em Porto Velho.

De 1924 a 1929 Burane morou em Simplício Mendes, trabalhando na então Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — IFOCS, atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, em obras de emergência; construção do Açude dos Poços e de estradas que ligariam o município ao Sul do Estado.

Nos anos 30, já de volta a Oeiras, passou a exercer o tabelionato do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis, aprovado que foi em teste realizado em Teresina. Ao se aposentar, no ano de 1947, transferiu o cartório ao Sr. Galeno Ribeiro, que, por sua vez, passou-o ao Sr. Manoel Antônio da Silva. O titular atual é o Sr. Anchieta Ramos Santos.

Autodidata, vocação inata para a pintura e escultura, Burane era, no entanto, um tipo taciturno e gostava da solidão, talvez até mesmo para se dedicar por inteiro à sua arte. Prova disso é que ao se aposentar, mudou-se para o alto do

BENEDITO AMÔNICO DE FREITAS
BURANE

4 de maio de 1886
21 de novembro de 1957

Rosário, passando a residir defronte do velho templo de Nossa Senhora do Rosário, considerada a primeira casa de oração erigida em terras piauienses. Ali no seu isolamento voluntário (pouco vinha ao centro da cidade) o artista deu vazão a todo o seu talento, pintando quadros, ora de gravuras retiradas de folhinhas (calendários) e revistas ilustradas, com motivos os mais diversos (fruteiras, jarro com flores, paisagens campestres, santos, etc.), ora de fotografias de prédios antigos de Oeiras. O quadro da Cadeia Velha é, sem dúvida, um dos mais apreciados, juntamente com o do "Descimento da Cruz", cuja foto ilustra este trabalho. Neste, ele revela-se um notável expressionista, se é que se pode assim rotular um pintor autodidata. O quadro mostra, com muito realismo e forte conteúdo emocional, um momento de profunda dor, que se percebe nos rostos e gestos dos personagens.

A par do seu trabalho em casa, Burane passou a cuidar, com um zelo próprio dos homens de grande sensibilidade, da velha igreja sua vizinha, procurando restaurar imagens, altares e outras peças sacras, revelando-se, então, um mestre na arte de "reencarnar santo", trabalho que consiste em reconstituir as partes deterioradas das imagens, dando-lhes nova pintura. Ainda hoje, passados mais de vinte anos do seu falecimento (1957), descobrem-se no velho templo, em altares ou imagens, vestígios do trabalho do artista, com um indefectível *Burane* aposto em alguma moldura de nicho ou mesmo em pedestais de imagens recuperadas por ele. Para o Cruzeiro, que se ergue na parte anterior ao patamar, ele esculpiu, em madeira, os "martírios" (instrumentos utilizados no flagelo e crucificação de Jesus Cristo: martelo, torquês, cravos, coroa de espinhos, esponja, lança, etc.). Algumas das peças ainda lá se encontram, resistindo ao tempo, ao vento e a mãos destruidoras. A estas, talvez porque se localizem na parte alta do Madeiro, entre os braços e sua extremidade menor.

O inspirado vate oeirense José Expedito de Carvalho Rego, num dos seus excelentes trabalhos em O COMETA (mensário que se editou em Oeiras de março de 1971 a abril de 1976), referindo-se a Burane, numa alusão à sua mente inventiva, disse, além de outras coisas, tratar-se de "... um velho curioso ...". Na realidade ele o era, pois sabe-se em Oeiras de experiências curiosíssimas do velho artista, narradas por pessoas idôneas. Uma então merece ser citada: certa feita Burane fez um disco de cera de carnaúba — o material foi realmente utilizado pelo mercado fonográfico em gravações — e, por incrível que possa parecer, não se sabendo mesmo qual a técnica

utilizada, ele conseguiu reproduzir sons considerados audíveis pelos que testemunharam o fato.

Burane foi o que se pode chamar de *homem de sete instrumentos*. Caprichoso em tudo que fazia, revelou-se também um foto-pintor de real mérito. Retratou pessoas ilustres de Oeiras (Casal Natu/Da. Darinha, Dr. João Carvalho, o próprio pai) utilizando-se, de posse de fotografia em tamanho meio "poster", de ponta de lápis para retocar, nos mínimos detalhes, os traços fisionômicos e peças do vestuário relativas ao busto dos retratados.

Nos últimos anos de sua vida Burane viveu atormentado por uma doença que não lhe permitia mais desenvolver a sua arte: a catarata. A idade avançada, no entanto, desaconselhava a operação. O velho artista veio a falecer em 21 de novembro de 1957, com 71 anos.

O culto magistrado oeirense, poeta dos mais inspirados que este Piauí já viu, José Vidal de Freitas (primo legítimo de Burane), define a seguir o artista, em poema inédito que vem enriquecer, sobremaneira, este modesto trabalho. A nossa gratidão, pois, ao grande bardo, pelos lindos versos e pelas valiosíssimas informações, sem as quais não seria possível a realização deste.

BURANE: O POLIESTETA

A cidade de Oeiras tem por sorte
Gerar filhos geniais,
Com rica estese, mão segura e forte,
Gloriosa luz que não se apaga mais.

Entre outros, distinguiu-se Benedito
Amônico de Freitas,
O Burane, tão hábil e expedito,
Poliesteta, das linhas mais perfeitas.

Das musas, só Euterpe o embeveceu,
Porém o fez tão bem,
Idealizando música do céu
Ouvi-lo melodiar como ninguém.

DESCIMENTO DA CRUZ. Óleo de Burane. 1952.

Foi pintor, escultor, imaginário,
Mágico do buril,
Moldador, desenhista extraordinário,
Litógrafo, excelendo a mais de mil.

É justo que se cante aquele artista
De tão terna memória,
Que Oeiras é por eles que conquista
O excelso nome que lhe herdou a história.

FILHOS ILUSTRES DA LEGENDÁRIA OEIRAS
Uma festa de luz e oração

Herculano Moraes

(da Academia Piauiense
de Letras)

Oeiras... doces sonhos do passado...
Sombras distantes de um viver feliz...
Um hino de saudade, um tênue brado...
Ao quadro, ao longe, um pálido matiz:
O mocha a soluçar sobre os lajedos
As alvas margens que o luar prateia
Crianças nuas a fazer com os dedos
Frágeis castelos na alvacenta areia...

Hoje, os filhos de Oeiras retornam, cantando, todos, os versos de José Expedito de Carvalho Rêgo. Chegam com as mãos cheias das lembranças que o velho coração teima em concentrar.

E, de repente, o borbulhar do mocha nos lajedos, o silêncio da igreja do Rosário, em sua rusticidade humana e evangélica, as ruas mortas do sobrado, a Casa da Pólvora, o pé de Deus e o pé do diabo, projetando a contradição dos desejos e dos destinos humanos, parecem crescer na retina de cada filho desta terra. E a família, com suas lições e seus exemplos; e cada indivíduo, na universalidade dos seus desejos, de suas ambições e de suas conquistas, se desvestem das túnicas formais e voltam a se reunir, num reencontro que é, antes e acima de tudo, um retorno à beleza imorredoura da paisagem oeirense.

E a cidade parece povoada dos fantasmas dos seus filhos mais nobres e mais queridos, mais simples e mais respeitáveis. Os que subiram todos os degraus e atingiram o Olimpo, para a glória desta terra, que jamais deixará de ser, para todos os oeirenses e para os que conhecem os labirintos de sua história, a eterna capital da inteligência do Piauí.

E pelos becos escuros e silentes de suas ruas percorrem hoje os espíritos permanentes de Frederico Cézar Leopoldo Burlamaqui; Marcos Antonio de Macedo; Casimiro José de Morais Sarmento.

E a doce poesia de Lycurgo José Henrique de Paiva se confunde com a oratória flamejante de Antonio Gentil de Souza Mendes. E a ciência de Pedro Francisco da Costa Alvarenga se alia aos caminhos do liberalismo político de Deolindo Men-

des da Silva Moura. E num berço da História a emancipação e a liberdade abrem os braços para despertar o Piauí à luta.

E nas discussões literárias, na postura máxima de filosofias e doutrinas que dominaram e orientaram a inteligência piauiense, erguem-se altaneiras as vozes soberbas de Clodoaldo Severo Conrado de Freitas e Benedito Nogueira Tapety e o talento poético de Pedro Brito, o primeiro acadêmico a ser eleito, pelo voto, para a Academia Piauiense de Letras. E a memória de um menino ricamente pobre chega, como se seu espírito, — o espírito de Ribamar Matos, permanecesse escrevendo versos no ar.

Sempre rica de valores culturais inflamantes e sempre livre na definição política dos seus caminhos, a legendária Oeiras permanece dando ao Brasil a força viva de sua inconfrontável consciência espiritual. E hoje, para o brilhantismo do símbolo cultural oeirense no país erguem-se vastas e infinitas forças humanas, a revelar a vocação eterna da cidade para o cultivo dos valores da inteligência.

É assim que Antonio Bugyja de Souza Britto, Alvina Gameiro, Balduíno Barbosa de Deus, José Expedito de Carvalho Rêgo, Gaudêncio Carvalho Sousa, Orlando Geraldo Rêgo de Carvalho, Santana e Silva, Dagoberto Carvalho, entre dezenas de outras majestades da cultura brasileira, sustentam a tradição da terra, oferecendo ao mundo a força de uma espiritualidade forjada na vontade de ser.

Hoje, alguns desses filhos ilustres e queridos retornam para as festas, mesmo efêmeras, do congraçamento e da fraternidade. E os filhos mais vibrantes, como Juarez Tapety aqui chegam, oriundos de mundos vários, com as mãos repletas das vitórias conquistadas e felizes pela reafirmação da força cultural oeirense espalhada pelo mundo.

E todos nós nos alegramos. Os que aqui vivemos e permanecemos amando os filhos ausentes, como se estivessem sempre próximos; e os que aqui chegamos, convidados do povo, para partilhar dessa infinita alegria. E para dançar. Porque a vontade de todos é dançar. Porque Oeiras não é apenas a legendária capital da inteligência e da bravura. É, também, uma família. Uma grande família que vive, como poucas, o sentimento solidário e universal do amor.

O E I R A S — UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Dagoberto Carvalho Jr.

Ao alvorecer do século XVII, estavam definitivamente asseguradas pela extraordinária produtividade e rápida expansão de um novo sistema econômico — o da agro-indústria açucareira — a defesa da colônia lusitana da América e sua interiorização. Surgira, particularizemos, um mercado que de "per si" teria condições de justificar a existência de outras atividades econômicas. "A expansão da economia açucareira fez com que a necessidade, sobretudo, da pecuária, crescesse além da expectativa de proporcionalidade", razão porque a economia criatória se transformou em fator primordial de penetração e ocupação dos sertões do Brasil. A interiorização se fez, portanto, em função da disponibilidade da terra e da natureza dos pastos. Estas, as razões por que ultrapassaram o São Francisco os prepostos de Garcia d'Ávila. Por que ultrapassaram eles o Gurguéia e o Canindé, por que estabeleceram as bases de um sistema econômico subsidiário do açucareiro — o pecuário — nos sertões do Piauí.

Ao entrar, todavia, em relativa decadência, já na segunda metade do mesmo século, a agro-indústria açucareira havia condicionado à pecuária estabilidade suficiente para constituí-la em um dos elementos fundamentais do que no futuro viria a ser a economia brasileira. O desenvolvimento de tal sistema — resultante apenas do crescimento vegetativo dos rebanhos — garantindo mão-de-obra aos colonos que também se multiplicavam no interior, motivou o surgimento de um artesanato local — o do couro — que em pouco se tornou a grande atividade e fonte única de renda dos criadores que mais distante do litoral se fixaram. Este, o caso dos que buscaram as longínquas chapadas do Piauí.

Acreditamos, contudo, que a influência sócio-antropológica da "Casa Grande" dos engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia sobre a cultura piauiense apenas tenha-se dado de maneira efetiva, a partir de 1800 — a interiorização, dispersando os colonos, levou-os, de início, a retroceder até artesanalmente — quando a agro-indústria açucareira do nordeste brasileiro experimentava, com o colapso da produção antilhana, nova etapa de prosperidade. Somente a partir de então, a cultura assimilada aos engenhos e gradativamente adaptada às fa-

zendas de gado, possibilitou a afirmação social de verdadeiras "Casas Grandes" em nossas fazendas — seus costumes, seu "modus vivendi" — responsáveis pela implantação aqui de um sistema quase patriarcal de exploração do meio, a que intentamos classificar de Semi-patriarcal.

O caráter mesmo da colonização do Piauí, fazendo-se do interior para o litoral, proporcionando aos rebanos e vaqueiros um primeiro contato com as férteis chapadas do centro-sul, prendeu-se à região. Tal a fertilidade da terra, que o próprio Mafrense, colonizador e senhor de quase todo o "Sertão de Rodeias", aqui se estabeleceu. Daqui não se afastaram, sendo segundo os cursos do Canindé e Piauí, os padres da Companhia de Jesus, que para si administraram por quase meio século as mesmas fazendas, outrora de Domingos Afonso. O avanço para o norte que só muito depois se verificou e, ainda assim limitado pelas fronteiras cearenses que defendiam o litoral, visou o vale do grande rio — o Parnaíba — e margeou o Poti. Isto, quando já as grandes e pioneiras fazendas do Canindé e Piauí viviam momentos de indiscutível prosperidade. Esta a razão de haver-se convertido a região em primeira "ilha cultural" no processo de colonização do Piauí.

Eleita para residência pelo primeiro colonizador a Fazenda Cabrobó que fundara no vale do Riacho da Mocha, a seis quilômetros de sua barra no Canindé, por sua privilegiada localização — centro geográfico da novel região fisiográfica — tornou-se, grande destino histórico, polo sócio-cultural de toda a área. E foi de fato em derredor de si, em torno de sua velha igreja construída já em 1733 — em tudo se antecipou a fé — sob influência arquitetônica das mais notáveis — que nasceu a sociedade piauiense.

Centralizando as fazendas, a nova "Casa Grande" — símbolo futuro da formação também de nossa família — inaugurava no Piauí o período sociologicamente mais significativo de sua história. Antes, vivéramos com a exportação de gado e com as "charqueadas", a época áurea de nossa economia, determinante maior do "status" a que nos vimos referindo. Aqui, repita-se, desde o início da colonização — fato inerente à sua própria razão de ser — invertera-se definitivamente o interesse econômico dominante: o caráter de economia subsidiária da pecuária passou-se à agricultura de subsistência. E, umas e outras, as fazendas de gado e de plantação, assistiram ao estabelecimento e desenvolvimento de um sistema econômico próprio — o agro-pastoril — sob o regime de semi-patriarcalismo escravocrata. Repetia-se, respeitada a proporcionalidade, o que se verificara quase dois séculos antes no nordeste canavieiro.

Muitas as variantes! Da qualidade do escravo ao nível intelectual do colono, esteve conosco a desvantagem. Raras as exceções quanto à mão-de-obra, raríssimas mesmo. No que respeita ao colono, queremos crer, somente a partir da estabilização social — vencido o período a que chama de "anárquico" o professor Odilon Nunes — é que tivemos selecionado o afluxo. Exemplo disto, a fixação em Oeiras, no início do século XIX, de um Cirurgião da Armada Portuguesa, o doutor José Luiz da Silva Moura. E' possível que vencida aquela etapa os próprios "anarquistas" hajam colaborado para a paz social. A se fazer sentir, já então a meritória influência dos governantes lusos, de mais próximo nas fazendas, terminou por desgastar a resistência aos espíritos mais aventureiros e condicionar, como vimos, a afirmação de "Casas Grandes" que sobrevivendo à crise econômico-cultural de 1852, se projetaram no século XX, com seus "doutores" formados no Recife, suas iaiás e sinhazinhas, suas liteiras, seus fornos de barro, seus quitutes. Quanto à Capela que tão bem caracterizou os engenhos, a própria aristocracia rural da zona canavieira, aproximando mais os homens dos santos e dos mortos que guardavam, transformou-se, aqui, em nossa familiar "Sala do Santo" de toda casa grande de fazenda, de toda velha casa da cidade.

Nas fazendas, passavam os velhos "Coronéis", quase o ano inteiro. Tivemos também, portanto, uma aristocracia rural. Suas casas da cidade abriam-se apenas — daí o aspecto de desolação sempre notado pelos visitantes — nas "quatro festas do ano" ou, quando um grande casamento, geralmente de primos, se aproximava. Isto "quando Oeiras ditava a moda". As nossas grandes festas de outrora, conservam-se ainda: Passos e Semana Santa, Divino, Padroeira e Conceição. Esta, superada em grandiosidade apenas pela do Senhor Bom Jesus dos Passos. A devoção à Imaculada é antiga. Vem da portuguesa Vila Viçosa e fez de sua Virgem, Padroeira do Reino.

Das grandes casas rurais que conhecemos, a da Malhadinha que vimos já decadente mas ainda com seu magnífico altar, suas imagens, seu crucifixo, parece-nos a mais tipicamente senhorial. Muitas são as suas tradições. Sobre o que bem se pode chamar "Complexo Malhadinha", temos admirável trabalho do poeta José Expedito Rego. A Ladeira, outra velha casa que resiste — Ladeira é "stricto sensu" — a própria casa da fazenda, testemunha em sua imponência de taipa um passado de senzalas e novenas caseiras com Benditos e Ladainhas que a custo acabam o seu "milagroso" o bicentenário São Benedito. Ruíram as da Tranqueira, do Canto Alegre, do Deserto, do Arabutã, do Curral de Pedras, do Turiaçu, nas ruínas desta —

lembrança da grandeza antiga — encontrou o professor e pesquisador Leopoldo Portela, valioso óleo de Lourenço Antonio de Marreiros Castelo Branco, já restaurado graças ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. A casa da Tranqueira assistiu, com os rompantes quixotescos de seu último "coronel", João Clementino de Sousa Santos, ao fim dos grandes tempos. Destacaram-se ainda pelo fausto, os Pinhões e a Fazenda de Baixo o que restou desses inúmeros centros sócio-culturais, representado pela arquitetura de suas casas, seus oratórios e imagens, seus "cadernos de receitas" de bolos e doces, oferece-nos subsídios os mais valiosos para pesquisa dos mais variados aspectos de nossa cultura, notadamente, o etnológico e o folclórico. Nos "terreiros" desses entrepostos rurais de colonização e civilização, ensaiaram-se os primeiros "Congos" e "Leseiras", dançaram-se os primeiras "Rodas de São Gonçalo". Artística a imagem do santo das lúbricas danças que conhecemos em nossa Igreja do Rosário. Do Rosário descia com a procissão de São Benedito, num ritmado "ó mingo uruê, nosso rê qué tremê" fileiras de "Congos". Nos "bons" tempos de crenças e tradições.

Contribuição básica a formação de nossa sociedade, trouxeram-nos os jesuitas. Básica porque, sobretudo, moral. Os colonos em pouco transformados em aristocratas senhores da terra, logo, no entanto, superaram na arte de melhor viver, os padres da Companhia, que além de sua própria condição de religiosos, estavam presos a compromissos administrativos. Sua contribuição moralizadora, porque evangelizadora, foi, fora de dúvidas, básica para a cultura nascente.

Desenrolou-se, contudo, lentamente o processo de decadência da aristocracia rural oeirense, como se esperasse sempre novos alentos. Consumiram-se até o advento da era da carnaúba, nos anos 30, as grandes e tradicionais fortunas que não resistiram ao aburguesamento subsequente. O. G. Rego de Carvalho em "Rio Subterrâneo" e "Somos Todos Inocentes" descreve a vida e os preconceitos da velha estrutura ameaçada pelo "nada fazer" de gerações e gerações. Venceu-a à sua "nobre" indiferença, uma burguesia contaminada, quando não pelos mesmos preconceitos, por quase igual indiferença.

SAUDAÇÃO A D. CARMINE ROCCO

Possidônio Queiroz

Exmo. e Revmo. Sr. Núncio Apostólico!

Pulsa, emocionado, o generoso coração da ex-Metrópole do Piauí. Bate, neste dia e nesta hora, arrítmico, o coração da Velhacap. É o descompasso dos grandes momentos, das grandes alegrias.

A visita de V. Exa. Revma. Sr. Núncio, a esta histórica cidade, a mais antiga do Piauí, é, para nós, uma honra e um privilégio. Cidade visceralmente cristã, essencialmente católica, foi, com grande júbilo, que recebeu a notícia da vinda de V. Exa. Revma.

A nossa terra, como, de resto, todo o Brasil, nasceu à sombra da Fé. As naus cabralinas, que ao dealbar do século XVI, singraram, majestosas, as águas do Atlântico, arando caminhos marítimos desconhecidos, traziam nas velas pandas que as impeliam ao ignoto, pintada, a Cruz de Cristo. E no seu bojo, os arautos da Doutrina Messiânica.

Aquele domingo — 26 de abril de 1500 —, o dia da consagração pela Fé. Reza-se a primeira missa debaixo dos céus da nova terra. Estrofes de canto-chão, enchem liturgicamente os ares, que se perfumam do aroma dos incensos, evolados dos turíbulos sagrados. A voz de Frei Henrique de Coimbra, a primeira voz missionária que as nossas terras ouviram, ecoa forte, dominadora, cheia de misticismo e de unção. O Brasil nascia. E nascia à sombra da Fé.

No último quartel do século XVII, bandos civilizadores começaram a penetrar por aqui. Eram criadores de gado. Acaparavam terras para os seus rebanhos numerosos. Aqui, onde está a nossa Oeiras, plantaram uma fazenda de criar. Deram-lhe um nome esquisito: "Cabrobó". Certamente importado aos pagos pernambucanos. Oeiras nasceu de uma fazenda de gado.

Com aqueles homens intrépidos que penetravam a terra hostil, povoada de bugres e de feras, vinham outros, não menos intrépidos; mais intrépidos ainda, porque não os movia a cobiça de bens materiais. Vinham os Ministros do Senhor, suando, padecendo, catequisando os selvagens, reduzindo os aborígenes à Religião de Cristo, pregando aos autóctones, o Deus Desconhecido, aquele Deus que São Paulo, num repto de eloquência e através de uma das obras primas de oratória, de todos os tempos, como disse notável pensador, apresentou um dia à culta sociedade de Atenas, a qual no seu afã de encontrar DEUS, e

por isso mesmo exercitando uma religião politeista, tinha, no entanto, no seu Panteão, no meio do Areópago, um altar ao Deus Desconhecido.

Oeiras nasceu à sombra da Fé. Nos idos de 1696, se criava a primeira Freguesia em terras do antigo Piagoí. Com os primeiros currais, a Cruz de Cristo. A nova Paróquia, criada sob a invocação da Virgem de Nazaré, foi abençoada por Deus. Dom Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, ao criá-la, determinou que a mesma se plantasse no coração da antiga Capitania, no centro da terra futurosa para onde convergiam as vistas dos conquistadores. E assim se fez.

No dia 11 de fevereiro de 1697, sob a presidência do Revmo. Pe. Miguel Carvalho, de saudosa memória, realizou-se, em casa de Antônio Soares Touguia, na fazenda Tranqueira, uma reunião para escolha do local onde se levantaria a Capela em homenagem a Nossa Senhora da Vitória, Orago da Freguesia. Para essa reunião se congregaram pessoas gradas de vários pontos do território. Discutiram e determinaram e assentaram que o local seria o em que se encontra hoje a nossa Catedral, — Igreja veneranda, o mais antigo Templo regular erigido no Piauí.

Poucos dias depois, uns vinte dias após a escolha do local, para fazer-se a pequena Capela, já se benzia a mesma, e era empossado Vigário o Revmo. Pe. Tomé de Carvalho. Isto se passava a 2 de março daquele ano de 1697. Da ata da posse, entre outras cousas, lê-se o seguinte: — "No mesmo dia, deu o Rev. Vigário da Vara posse ao novo Cura o Rev. Licenciado Tomé de Carvalho e Silva, da Nova Capela, com todas as cerimônias costumadas de fechar e abrir portas, consertar altar, abrir e fechar missal, estender e dobrar corporais, dobrar e desdobrar ornamentos e ultimamente lendo publicamente ao Povo a Provisão que trazia do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Pernambuco".

Foi um dia de grande contentamento para a nossa terra. Aquele afã com que o nosso povo se atirou na construção da Capela, tanto que a deu por pronta em pouco mais de duas semanas, se traduziu, naquela data, que se esvanece nos longes do tempo, em inequívocas demonstrações de grande júbilo. Era a alma católica dos nossos ancestrais, que se abria, emotivamente, por haver conquistado, pela mão dos Ministros do Senhor, um lugar onde pudesse celebrar o culto da Religião sob cujo signo nascera.

Senhor D. Carmine Rocco!

Desse ligeiro relato, vê bem, V. Exa. Revma., que pisa o solo abençoado, onde primeiro se desenharam nos ares, nesta parte da terra brasileira, os dois braços acolhedores de uma Cruz. Pisa V. Exa. Revma., a terra, onde, antes que noutra, neste rincão do solo brasílico, se salmodiaram cânticos sagrados, e se celebrou o sacrifício incruento, e volutas aromais de incenso, voluteando no éter ao sabor de Éolo, subiram alígeras e devotas ao Trono do Eterno.

Oeiras sempre reverenciou respeitosa, os Ministros do Senhor. Os que vêm, em nome do Alto, viram sempre as nossas cabeças curvadas, para a filial, para a respeitosa saudação.

Esta homenagem que V. Exa. Revma. agora recebe, é a homenagem quente, plena de sinceridade, de calor humano do nosso povo. A nota distinta desta homenagem, é que ela, Exmo. e Revmo. Senhor, não nasceu da inteligência, mas do coração. Não teve, pode afirmar-se, a bem dizer, não teve promotores. Todos a promovemos. Nasceu espontânea da alma de nossa Comunidade, assim, como espontânea, brota a água do seio da fonte; como espontâneo se evola o perfume da corola das flores; como espontâneo, nasce o dia, abrindo-se em ardentes manhãs primaveris, do seio da noite sem luar.

Exmo. e Revmo. Senhor!

Seria grato a todos nós, que essa humilde saudação, fosse dirigida a V. Exa., na língua de sua Pátria querida. Na língua em que pronunciou V. Exa. as primeiras palavras e em que fez a primeira oração. Nessa língua musical que é o italiano. Nessa língua que Dante plasmou, e em que nos deu a "Divina Comédia", esse poema extraordinário, do qual já se disse, que é talvez um dos pontos limites a que a inteligência humana pode alcançar. Nessa língua em que Petrarca burilou os seus imortais sonetos. Nessa língua em que o Poverelo de Assis, tomando emprestada, inspiração aos astros, escreveu o luminoso "Cântico ao Sol". Nessa língua em que Da Vinci gemeu, teve expressões de dorido sentimento, durante os anos, dentro nos quais, — ele, o genial, o inimitável pintor —, sofreu desesperadamente, até o dia em que, como bem o disse Alcindo Guanabara, "vencida a impotência, ele pôde colocar sobre o corpo do Cristo essa cabeça, cuja expressão de ironia, de dor concentrada, de resignação, de superioridade celestial e de sofrimento humano ficou, pelos séculos afora, como a verdadeira, a exata, a única!" Nessa língua, em que o Pai da Cristandade, nos

dias tormentosos que vivemos, se dirige angustiado ao mundo, com palavras que são um cântico de dor, que são antes soluços arrancados do coração, harpa ferida por todas as desgraças do orbe; nessa língua em que o Santo Padre, o Papa Paulo VI, que V. Exa. dignamente representa no Brasil, ora e exora, em constante e veemente apelo aos Governos do Mundo, porque haja equidade, paz, justiça social.

Ouvir, em outras terras, a língua pátria, "maviosa e pura", falada por estranhos é, no dizer de notável escritor brasileiro, que foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, um consolo e motivo de grande alegria.

Não podemos infelizmente dar essa alegria a V. Exa. Revmo. Mas, em uma língua irmã, irmã mais velha, trazemos, apresentamos a V. Exa., o coração da terra mater do Piauí.

Oeiras, a mais antiga comunidade católica do Estado, rejubila-se, por ser uma Capital Eclesiástica, sede de uma Diocese. Desde quando se instalou a Freguesia, nos idos do século XVII, que a velha terra se alimenta do pão da Fé.

No século XVIII assumiu a direção geral do Território, como Capital da antiga Capitania. Há cento e cinquenta e quatro anos, começou a batalhar, junto às Cortes Portuguesas pela criação de um Bispado aqui.

Lutou a nossa Oeiras por esse ideal, isto é, pela criação de sua Diocese, primeiramente no ano de 1822. Renovou o bom combate em 1825, em 1830, em 1832, 1833, 1834, 1835 e 1843. No ano de 1852 transferiu-se a sede do governo para Teresina. A velha terra sofreu duramente, o rude golpe. Desanimou-se. Viu cairem muitos dos seus monumentos antigos, prédios que nos falavam de um passado histórico, pleno de lutas, de sofrimentos e de conquistas. Cairam ruas. Mas não morreu o ideal religioso. Na segunda década deste século, renovou, em movimento frágil, a idéia generosa, que não vingou.

Finalmente, em 1940, tendo à frente a figura dinâmica, austera, a figura evangélica de S. Exa. Revma. o Sr. D. Severino Vieira de Melo, de saudosa e imperecível memória, Prelado que em vários pronunciamentos disse de sua veneração a esta velha terra, onde a Religião Católica nasceu no Piauí; finalmente naquele ano se agitou novamente a idéia grandiosa por inspiração do grande Bispo de Teresina, e, vencidos todos os óbices, se criou a Diocese do Sul do Estado, com sede em nossa Oeiras. D. Severino, apesar de alquebrado dos anos e por moléstias, pôde ainda instalar, solenemente a Diocese, e dar posse ao seu primeiro Bispo.

Sente V. Exa., Sr. Núncio Apostólico, o calor desta manifestação. Tudo aqui são protestos de respeito, de veneração,

de acatamento à doutrina da Igreja, na pessoa do seu mais alto Representante em nosso País. Tudo aqui são estos de alegria, ondulação ruidosa e comovida, cânticos epiniciais, transbordamento festivo! Tudo são aleluias, nesta hora solar de nossa vida, nesta hora em que reverenciamos a sagrada pessoa de V. Exa., nesta hora em que nos curvamos perante o Embaixador da Santa Sé, que se dignou vir até à nossa terra, abençoá-la, fortalecer-nos na Fé, consolidar a nossa querida Diocese!

Nesta hora solene da vida da Velhacap, esta Assembléia que aqui se encontra, experimenta o grato prazer de assegurar a V. Exa., a sua plena vassalagem aos postulados cristãos. A Doutrina Messiânica, ao Reinado de Cristo, que, sem o sustentáculo das baionetas, dos canhões, das bombas atômicas, e de quantas armas sofisticadas existem; é o único duradouro, eterno! Dinastias seculares caíram, guerreiros afamados desapareceram, tiranos que se supunham donos do mundo, tiveram seus nomes corroídos, apagados pela ferrugem do tempo. Somente a Igreja, apesar das perseguições sem nome de todas as épocas; somente ela se mantém firme, porque, contra ela, afirmou-o, solenemente, o seu Divino fundador, não prevalecerão as forças do mal, não poderão as portas do inferno.

Nesta hora solene, manda a Comunidade Oeirense que digamos a V. Exa. Revma., da satisfação imensa que experimenta, em ter alcançado o grande prêmio pelo qual tanto se bateu — a sua Diocese. Prêmio esse que a envaidece, que a enche de santo orgulho, prêmio que traz guardado avaramente no íntimo do ser, e que deseja possuir para sempre.

Nesta Hora, arranca a nossa Comunidade, comovidamente, do próprio peito, as cordas mais sensíveis do coração, para com elas tentar compor frases, que exprimam, de alguma maneira, embora palidamente, o nosso agradecimento, o nosso profundo agradecimento a Deus pelo grande bem que nos tem feito, de haver mandado para aqui, e de aqui conservar, um Ministro, que é, antes de tudo, o nosso Anjo Custódio, a própria imagem da Providência em nosso meio; um Antístite, cujo nome, antes que o pronunciemos, já o surpreendeu Vossa Excelência, nos semblantes, nos olhos e nos lábios de todos nós. Agradecemos Excelência, profundamente a Deus, por nos haver dado D. Edilberto. E a Ele rogamos, — ajude-nos V. Exa. nisso — que nos conserve o nosso amado Bispo, aqui, por muitos anos. (Palmas).

Exmo. e Revmo. Sr. D. Carmine Rocco!

A nossa, é uma Diocese pobre. Vai-se, porém, desenvol-

vendo, a bom desenvolver. Isso nos mostram as estatísticas oficiais. Dispensamo-nos, no entanto de curar, agora desse assunto, para dizer, tão somente, como o temos feito, do nosso testemunho de fé.

A V. Exa., Sr. Núncio, rogamos, se digne de aceitar, generosamente, as nossas expressões de acatamento, de estima reverente, de respeito; e rogamos, humildes e confiantes, se digne também, de apresentar ao Santo Padre Paulo VI, de depor aos pés do Sumo Pontífice, o coração de nossa Oeiras, que, em férvidos protestos de amor filial, confessa a sua leal obediência à Doutrina do Mestre, de que é, o Pai da Cristandade, o epresentante máximo aqui, na Terra. Desejamos, com todas s forças da alma, que a voz do manso Rabi da Galiléia seja ouvida por todos os quadrantes do orbe, para que reine, neste atribulado planeta, a paz tão desejada, a paz que o mundo não sabe, e que somente o Cristo nos pode dar.

(Discurso pronunciado em Sessão Solene realizada no auditório da Escola Normal Presidente Castelo Branco às 20:00 hs. do dia 13 de agosto de 1976).

MESTRES OURIVES E PRATEIROS DE OEIRAS

Fátima Carvalho

"Invejo o ourives quando escrevo:
Imito o amor
Com que ele, em ouro, o alto relevo
Faz de uma flor".

Olavo Bilac

O artesanato de ouro e prata em Oeiras vem de época muito remota. Em 1º de dezembro de 1849 o Presidente Anselmo Francisco Perreti, inaugurou o Liceu de Educandos Artífices. No Liceu, uma oficina especializada na nobre atividade. Dessa época é uma caixa de relógio de algibeira, em ouro, trabalhada por artista local de que tivemos notícia na coleção do professor Luís Saia, ex-Diretor do 2º Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo. A peça foi presenteada a Saia pelo Interventor Leônidas de Castro Melo.

Raimundo Cigano

Por volta de 1865, chegava a Oeiras, vindo do Ceará, um cidadão de nome Raimundo Ferreira. Aqui radicou-se e constituiu família, tendo sido casado com três irmãs, filhas do reverendo José Dias de Freitas.

Descendente de holandeses, conviveu durante a mocidade com ciganos e com eles aprendeu a trabalhar metais, inclusive prata e ouro, tendo se tornado num apreciável artífice de ourivesaria.

Chegou à velhacap, quando ainda a cidade se ressentia, duramente, da mudança da sede do governo da província para Teresina. É de supor-se que ao tempo de sua vinda para Oeiras, não havia aqui, nenhum ourives, porque o que havia de bom na cultura, nas artes, na vida econômica se mudara para a Chapada do Corisco.

Era Raimundo José Ferreira, um artista hábil, de todos muito apreciado. Porque fazia tudo, com a inteligência e habilidade dos ciganos, passou a ser por todos, Raimundinho Cigano. Ainda hoje muitos falam nele, como Raimundinho Cigano, porque poucos lhe sabem o nome verdadeiro.

Leôncio Ismael José de Farias

Filho de Oeiras. Trabalhava em ouro e prata. Sua 1ª profissão foi de ouvires, com oficina em sua própria residência que ficava à rua do Convento hoje Dr. José Sérvio, já em 1870. Trabalhava por especialidade em salvas de prata. Anos depois deixou a ourivesaria para ser tabelião, cartório que hoje pertence a Clóvis de Alencar Freitas.

Benedito Antunes

Oeirense. Aprendeu a arte de ourives com seu pai Pedro Antunes.

Trabalhou como ourives durante todo tempo que morou em Oeiras, durante os anos de 1900 depois abandonou a profissão para ser proprietário de um sítio "Araújo", neste município, mudando-se anos mais tarde para a cidade de Jerumenha, lugar onde faleceu. Em Oeiras, sua oficina ficava à Rua Cônego João.

Benedito Antunes merece destaque, entre os que, em Oeiras, exerceram, no passado, a profissão de ourives, hoje, quase desaparecida, em nossa terra.

Tinha um exato sentido da arte. Suas obras se destacavam das dos outros colegas pela finura do acabamento, pela perfeição, pelo estilo com que estampava na prata ou no ouro, gravações, verdadeiras rendas, filigranas admiráveis.

Benedito Antunes, o artesão matuto, na ocupação de Possidônio Queiroz, merecia imitado. Os seus dedos ágeis, a mão firme, sabiam pegar com delicadeza, o buril, que lhe corria submisso sobre a prata polida, onde se iam estampando flores, cachos de uvas, toda uma gama de desenhos variados.

Mas, Benedito Antunes não era apenas o artesão competente, a filigranar obras de ouro ou de prata. "Seu espírito ávido, sedento das cousas da arte, levou-o ao campo da música, essa elevada manifestação do Belo, — arte das artes que os antigos apelidaram de divina. Tocava violino".

Possuiu um legítimo stradivarius. Quando já entrado em anos, morando no interior do Município de Oeiras, premido de dificuldades, vendeu referido violino a um engenheiro que aqui esteve e trabalhou, nos idos de 1918, na construção da rodovia Floriano-Oeiras.

Senhorzinho Fabiano

Filho de Oeiras. Sua primeira profissão foi de ourives,

Senhorzinho Fabiano.

época de 1907. Sua oficina ficava à rua do Norte hoje Rua Tibério Burlamaqui. Durante os anos de 1908 a 1909, foi tipógrafo do Jornal Correio de Oeiras, tendo como diretor o Coronel Orlando Carvalho. Depois mudou-se para Floriano, onde continuou trabalhando como ourives.

Antonio Ozório de Araújo Costa

Filho de tradicional família oeirense, residia aqui mesmo à rua Isidro, hoje Av. Getúlio Vargas, lugar onde tinha sua oficina, 1910. Foi professor de vários oeirenses na ourivesaria. Fazia praticamente de tudo, copos de prata, rebenques, salvas e bandejas, anéis de ouro, alianças etc.

Foi ouvires durante toda a vida e teve como seguidores seus filhos, Antônio e José Ozório, também excelentes artesãos.

Jeruso Romão

Foi ouvires na época de 1912. Filho de Oeiras, foi aluno de Antonio Ozório e como não tinha oficina própria, toda vida trabalhou com seu mestre, tendo falecido há poucos anos em Teresina.

Benedito Portela Barbosa

Oeirense. Aprendeu a arte de ourives, ainda moço com seu irmão mais velho, Antonio Portela Barbosa (Senhor), que também foi ourives em nossa terra.

Em 1914, mudou-se para Campo Maior, onde continuou como ourives. Mais tarde ingressou na política, chegando a ser eleito prefeito daquela cidade.

Francisco Rodrigues Campos

Filho de São José do Peixe, então município de Oeiras. Toda vida foi ourives, tendo sido aluno de Antonio Ozório. Em 1920, começou a trabalhar em sua própria oficina, em sua residência que ficava à Rua do Fogo, hoje Coronel Luís Rêgo, depois mudou-se para a praça da Bandeira, onde também instalou oficina.

Raimundo Portela Barbosa

Oeirense. Filho de Leopoldo Barbosa de Sousa e Beliza Clara Portela de Sousa.

Começou a trabalhar em 1914 aos 17 anos de idade tendo como orientador na profissão em primeiro lugar seu irmão Benedito Portela Barbosa, mais tarde se aperfeiçoando com o Sr. Antonio Ozório, cuja oficina ficava à rua Presidente Getúlio Vargas. Em 1915 teve sua primeira oficina, em casa de seus pais, à Rua das Pataratas, hoje Rua Dr. Isac Sérvio. Depois mudou-se para a Rua do Hospital, atual Coronel Mundico Sá, em 1925.

Em 12 de janeiro de 1936, mudou-se com sua oficina para à Rua Cônego João, onde trabalhou até 1937, fechando-a neste ano por motivos de saúde. Foi seu auxiliar o Sr. José Eulâmpio Cunha (Nequinha) já falecido.

O Sr. Raimundo Portela, se destacava, sobretudo, em copos de prata, salvas e paliteiros.

Benedito Pereira Leite (Bené)

Filho de Oeiras. Trabalhou toda vida como ouvires. Não tinha oficina própria, trabalhou muitos anos com Benedito Antunes e na década de 1920, trabalhou com o Sr. Raimundo Portela.

Sendo um homem pobre, esforçava-se para trabalhar confeccionando ainda que em latão, anéis, alianças e pulseiras que vendia na feira aos sábados.

Antonio Vieira Lima

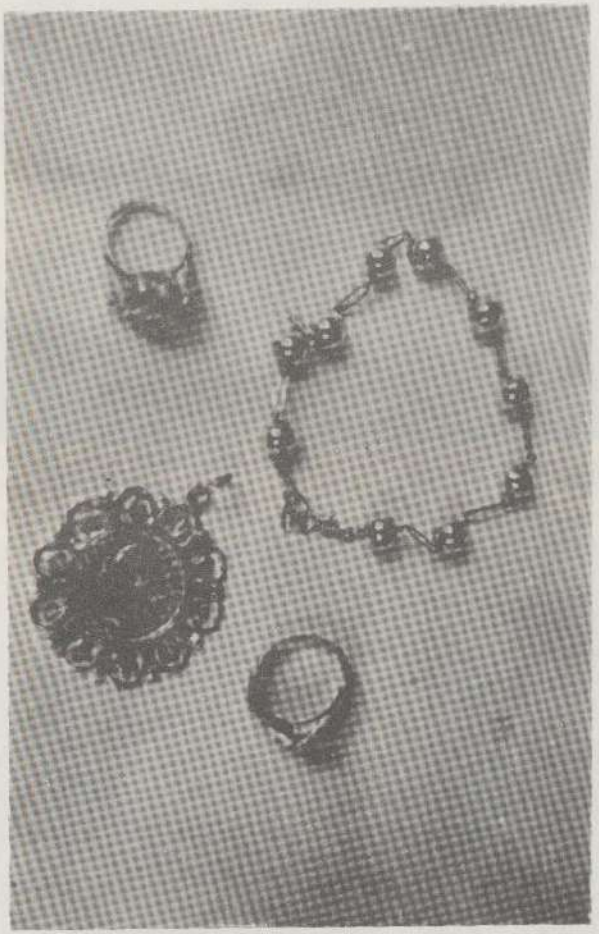
Filho de Oeiras. Começou a trabalhor com 9 anos, em 1920.

Aprendeu a sua profissão com o Sr. Francisco Campos. Não tinha oficina, trabalhava com ele na oficina que mantinha em sua própria residência à Rua do Fogo. Deixou de trabalhar em 1951, passando a ser pedreiro, hoje funcionário público aposentado.

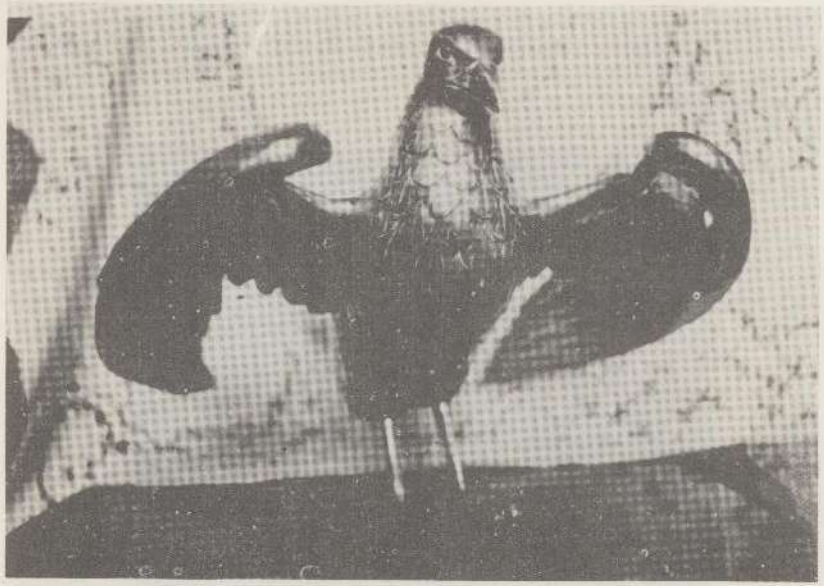
Possidônio Nunes Queirós

Filho daqui. Em 1920 aprendeu a arte de ourives com os Srs. Salomão Sena e Francisco Campos. Não tinha oficina própria, trabalhava por distração. Em 1927, fez vários trabalhos em ouro.

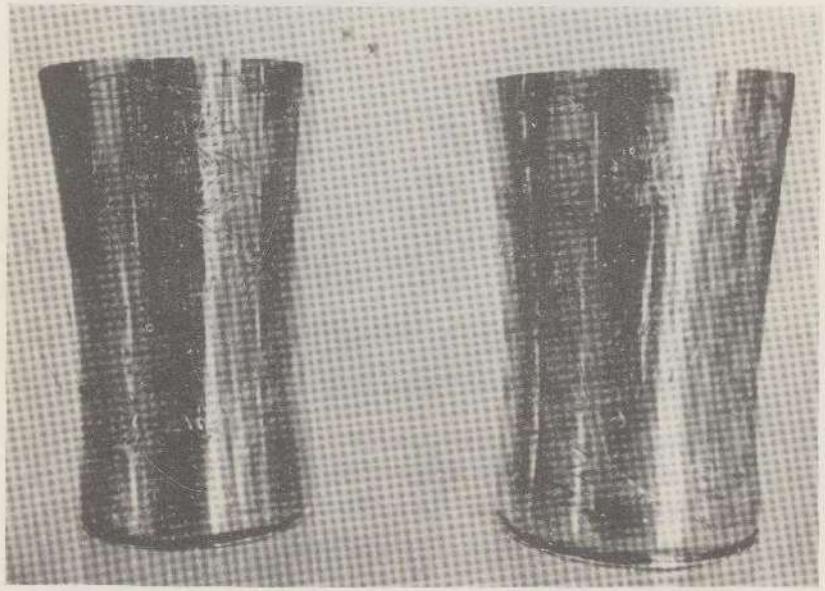
Deixou de trabalhar em 1929 para ser funcionário público, hoje aposentado ocupa a chefia do gabinete do atual Prefeito Municipal.



Medalha: Possidônio Queirós
Anel de Formatura: Antônio Ozório.
Pulseira de Mistério: Benedito Feitosa.



Benedito Antunes.



Raimundo Portela Barbosa.

Luís Guanabara Mendes

Começou a trabalhar com 12 anos, em 1920. Teve como primeiro professor Francisco Campos, com a morte deste passou a trabalhar com Benedito Antunes, depois com Raimundo Portela. Teve sua primeira oficina em 1926 na Rua do Fogo, hoje Coronel Luiz Rêgo. Em 1937, deixou para ser comerciante, recomeçando como ourives em 1948. Até hoje mantém oficina em sua própria residência à Rua Miguel Oliveira.

Em 1926, fez muitos rebenques de prata para os oficiais da brigada do Rio Grande do Sul, que passaram aqui dois meses à procura de Luiz Carlos Prestes.

Em abril de 1980, fez uma encomenda da Sra. Miriam Portella Nunes, de três copos de prata e doze pulseiras para a exposição da Feira de Amostra dos Estados, em São Paulo.

Já trabalhou em copos de prata para alguns países, entre eles: França, Alemanha e Estados Unidos.

José Ozório e Antônio Ozório

Oeirenses. Aprenderam a trabalhar com seu pai, Antonio Ozório de Araújo Costa. A oficina ficava em sua própria residência à Rua Cônego João. Depois mudaram-se para Fortaleza, onde conquistaram fama no mercado de trabalho. José Ozório, continua trabalhando como ourives, tendo o segundo falecido naquela capital.

Clóvis de Alencar Freitas

Filho de Oeiras.

Começou a trabalhar em ourivesaria desde menino com Francisco Campos. Depois, mesmo como comerciante manteve oficina de ourives. Em 1922 tinha oficina em sua própria residência à Rua das Flores, hoje Dr. Clodoaldo Freitas.

De 1930 a 1933 trabalhou em Teresina, também como ourives. Voltando a Oeiras continuou como ourives tendo sua oficina na esquina do Sobrado de Dona Mundoca, hoje Círculo Operário, mudando-se depois para a Rua da Feira, continuando com o comércio e a oficina, deixando de trabalhar em 1949 para ser Tabelião aqui mesmo, função que ainda exerce.

Trabalhou em terços de ouro, coroas de prata, inclusive a coroa atual de Nossa Senhora da Vitória, padroeira de nossa cidade.

Em 10 de novembro de 1943, participou da 1a. Exposição-Feira de Amostras Estado Novo — Administração Leônidas Melo — Expositor de Jóias de Prata.

Taço de Morais Rêgo

Filho daqui. Residia à Praça da Bandeira onde tinha oficina, época de 1930. Aprendeu com o Sr. Luís Guanabara. Depois mudou-se para Parnaíba, onde foi funcionário público.

Benedito Mendes Feitosa

Filho de Oeiras. Foi aluno de Francisco Campos e mais tarde de Luís Guanabara, na época de 1928. Não tinha oficina, trabalhava com seus mestres.

Deixando de trabalhar foi para Teresina, onde foi funcionário do INCRA, e onde reside.

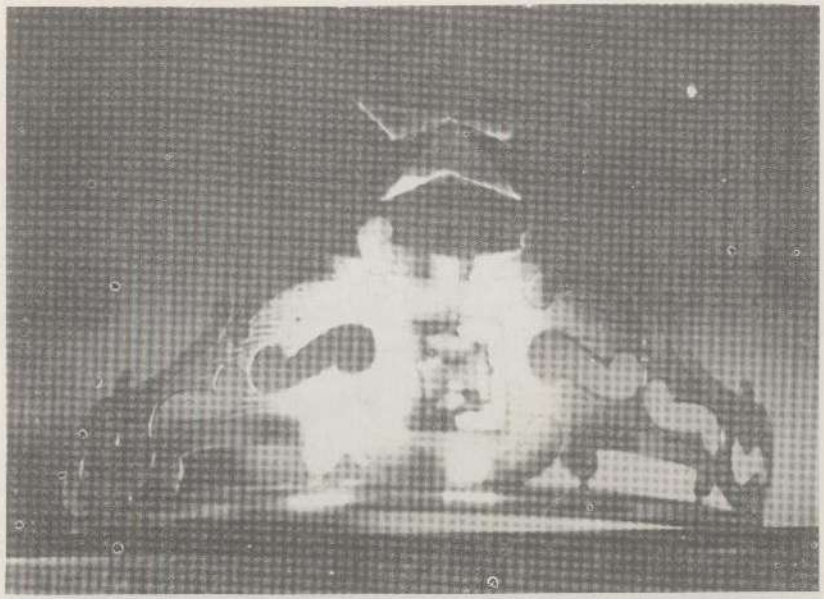
Joel Campos

Filho de Domingos Piauhylino Holanda Campos e Elisa Alice de Brito Campos, nasceu a 22 de maio de 1897, em Oeiras, na antiga casa do Visconde da Parnaíba, que fora adquirida por seus avós Salustiano de Holanda Bezerra Campos e Petronila Misael Piauhylino Campos.

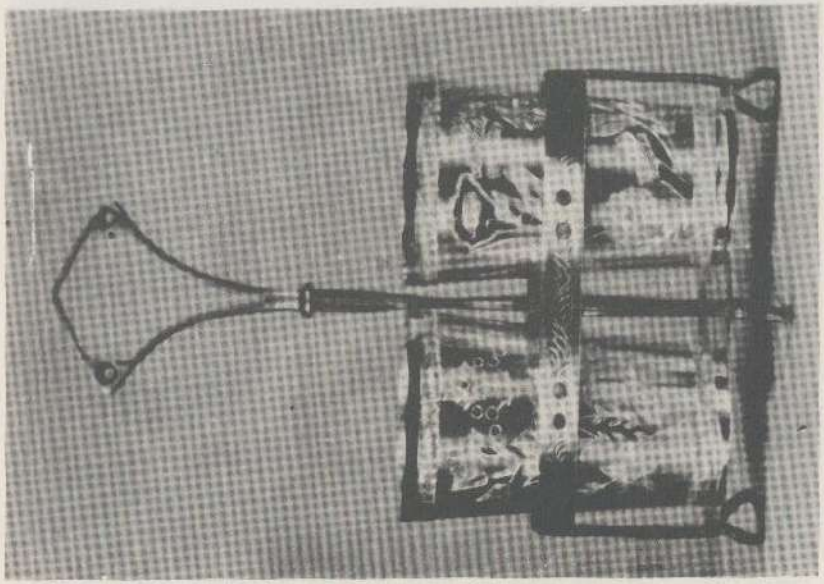
Em 1915, já rapaizote, iniciou na arte da ourivesaria quando sentiu necessidade de trabalhar para ajudar a mãe viúva. Sentia-se muito entusiasmado em dizer que trabalhava para sustentar a casa.

Seu mestre foi Antônio Ozório de Araújo Costa mais conhecido por "Toinho Ozório". Como não tinha oficina, trabalhava na própria oficina de seu mestre que ficava à Rua do Isidro, hoje Av. Getúlio Vargas, em sua residência que era uma casa muito grande, bonita e arejada.

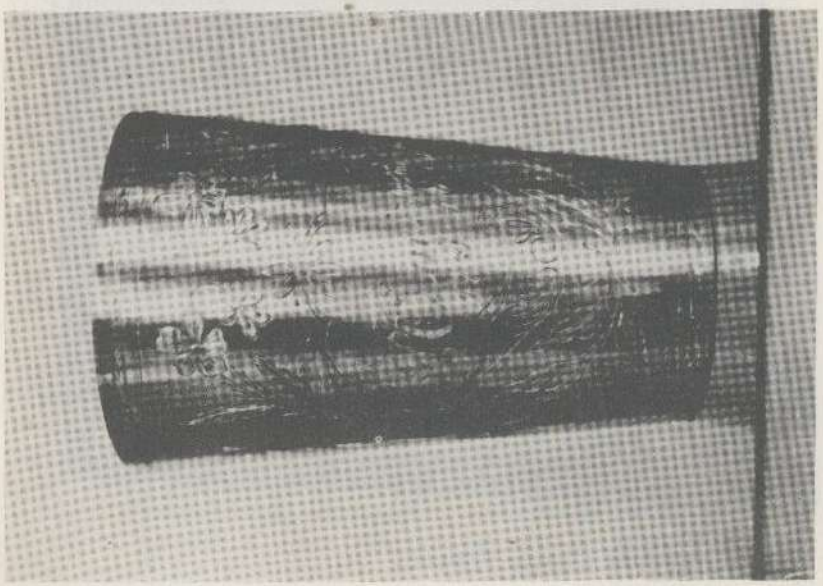
O seu mestre Antônio Ozório era esposo de D. Raimunda Carvalho, filha do Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho. Era um homem de posses, muito inteligente, de boas maneiras e responsável. Ele fazia praticamente de tudo, trabalhava em ouro e prata. Por ainda ser seu parente próximo tratava-o de maneira especial, com dedicação, ensinando-lhe os segredos da arte. Conversava sobre seus colegas, compradores e fornecedores, destes destacando-se o Sr. Abel Mendes Feitosa além de outros.



Clóves de Alencar Freitas.



Luís Guanabara.



Antonio Vieira Lima.

Passou mais ou menos três anos trabalhando na arte, deixando para ir à procura de outro trabalho que rendesse mais em Caxias e Teresina.

Gostava de trabalhar mais em alianças e anéis por serem mais simples e vendáveis. Como auxiliar de Toinho Ozório passou a ajudar na confecção de bandejas, salvas de prata, rebenques, copos etc. Considerava-se como criador do "anel de viúva", no meio dos artistas da época. Esse anel era feito de bilro (o aro) muito bem polido, forrado com ouro ou prata, tendo dos lados um acabamento especial com arinhos, arabescos, placas. Gostava muito de criar ou aperfeiçoar os modelos que lhe apresentavam. Confeccionou muito anel de "coração", "Romeu e Julieta" (duas mãos entrelaçadas) outros em formato de cinturão (com fivelas), concorrendo mesmo com outros ourives de mais anos na arte, tais como Raimundo Portela, Senhorzinho Fabiano e Jeruso, filho de Zé Romão. Para aumentar as suas rendas passou a diversificar o seu trabalho fazendo conserto em peças de ouro, em relógios, mais por curiosidade, e chegou a ajudar no conserto do relógio da matriz juntamente com Toinho Ozório e Jeruso. As peças do referido relógio foram para Teresina a fim de serem moldadas (os dentes desencarrilharam) e não tendo sido possível consertá-las voltou e aqui foi realizado o conserto na oficina de Toinho Ozório.

Em 11 de janeiro de 1931, abandonou a arte para ser tabelião, aposentando-se em 1967.

OS JUDAS MOLHADOS (*)

José Expedito Rêgo

A luta foi grande. Sousa Ramos deixou o governo, mas não abandonou a província. Ao lado do Dr. Francisco de Sousa Martins, percorreu as principais vilas, fazendo cabala. Seus aliados, padre Quintino e Lívio Castelo Branco ajudavam pela imprensa. E todos os dias saiam pasquins e folhetos, detratando o passado governo do visconde, insultando Rio Pardo. O conde respondia, tomava medidas de represália. O capitão Teodoro estava atento com seus policiais. E Manuel de Sousa Martins, que mais desejava viver em paz sua velhice já cansada, viu-se envolvido na peleja, ao lado do presidente, pois não era possível permanecer indiferente a tantos insultos pessoais e difamações.

As eleições correram no maior tumulto. Venceram Sousa Ramos e o doutor Francisco. Conseguiram, assim, as duas vagas de deputado à Assembléia Geral pelo Piauí, numa espetacular vitória contra Rio Pardo, que, apesar de estar ocupando a presidência e contar com o apoio do visconde, não logrou ser eleito.

O padre Quintino, também eleito deputado provincial, não se continha de alegria. Aos quatro ventos bradava que os dias de Rio Pardo estavam contados, a opressão terminara por fim, todo o poder do velho e caduco visconde estava extinto. E os pasquins da vitória foram ainda mais causticantes e insultuosos do que durante a campanha. Poucos dias depois de conhecidos os resultados finais da apuração, apesar da vigilância do Capitão Teodoro, a praça da Matriz amanheceu enfeitada com judas enforcados em altos mastros. Todo mundo sabia que os bonecos representavam os candidatos derrotados. Os vitoriosos exultaram, mas os ultrajados juraram vingança. Se bem que fosse difícil provar, a exposição dos judas era atribuída ao padre Quintino. O presidente, usando de atribuições legais, ordena ao padre que siga para Parnaguá, a cuidar de sua paróquia abandonada. Quintino não obedece e continua em Oeiras, alegando que pretende esperar pela posse de sua cadeira na Assembléia Provincial.

É o tempo em que chegam do Rio vários jornais, estampando acérrimos ataques feitos ao Visconde da Parnaíba. Rio

---

(*) Este é o capítulo LVI do livro NÉ DE SOUSA, uma biografia romanceada do Visconde da Parnaíba, inédito.

Pardo recebe os jornais e vai mostrar a Manuel de Sousa Martins, oferecendo-se para preparar uma defesa em regra, pois tem muitos amigos, jornalistas influentes, na Corte, que poderão, de bom grado, incumbir-se da tarefa.

Né de Sousa folheou os noticiosos, deixou escapar de um canto dos lábios o seu feio sorriso e agradeceu:

— Precisa não, general, precisa não!... Não tou mais me importando com esses cahorros que latem de longe. Agora, esta cambada daqui de Oeiras, se continuar com esses insultos baixos, esses pasquins, ofendendo a minha dignidade e, principalmente, essa história de judas, se eu tiver certeza do autor dessa canalhice, ele caro me pagará. Ainda sou homem para tomar uma vingança em regra e para isto ainda me resta força e poder...

— Mas, Senhor Visconde!... O senhor recebeu, agora mesmo, a procuração dos Condes de Áquila para administrar suas fazendas do departamento do Canindé! Isso é uma grande prova de consideração e de confiança de Suas Altezas. O senhor poderia lançar isto na cara daquela gente lá na Corte..

— Não, Senhor Conde... Já disse que não precisa. Vamos cuidar das ofensas daqui. O senhor, que vê o capitão Teodoro todos os dias, diga-lhe que desejo falar com ele pessoalmente. Quero que ele redobre a vigilância, que preste muita atenção ao que faz o padre Quintino.

— Está certo, Senhor Visconde, darei o seu recado.

x x x

Quando o padre Quintino pediu a Raimunda que lhe preparasse mais três bonecos de pano, de tamanho natural, a velha ama aconselhou-o:

— Padre, não era mior acabar com isso? Olha que o povo veve tudo zangado e os home anda tudo desconfiado. Capitão Teodoro já passou três vez aí pela porta, olhando cá pra dentro.

— Qual nada, Raimunda. Esses ladrões precisam saber quem é o padre Quintino.

E os bonecos foram feitos. O padre vestiu-os com roupas apropriadas a grandes senhores, pôs em seus peitos fitas e medalhas. Um dos judas foi metido numa farda velha, imitando as que usavam os oficiais da Polícia. Até a ingênua Raimunda compreendeu que os bonecos representavam o visconde, o conde e o chefe de polícia. A velha ama recriminou:

— Seu Padre tá fatucando o cão cum vara curta!...

— Se tu nada falares, ninguém jamais saberá quem é o autor da pilhéria.

— O senhor é quem pensa que ninguém sabe... Já tenho escutado muita indireta das vizinhas...

— É gente mexeriqueira, que gosta de jogar verde para colher maduro. É manteres o bico calado, que ninguém desconfia.

A noite de 14 de abril começou enluarada. Mas desde cedo um relâmpago insistente cortava para as bandas de leste, prenunciando chuva, que desabou grossa e mansa, na madrugada do dia 15. Oeiras, de noite, era sempre um deserto, as ruas tranquilas sem um viandante. E quando chovia, então, nem por sonhos, alguém se atrevia a andar, noite a dentro. Por isso os soldados que o capitão Teodoro mandou que patrulhassem até de manhã, na hora da chuva, recolheram-se ao quartel. E os homens do padre Quintino enfiaram, no meio da praça, de frente à Matriz, os mastros levando no topo os três judas, que ficaram molhados e bem mais ridículos.

E pela manhã, a chuva passada, o sol, que surgiu das bandas do Leme, iluminou as fitas molhadas e as medalhas de latão brilhavam como se fossem de ouro.

Juntou muita gente a sorrir e a comentar e muitas pilhérias de logo se fizeram. Quem será, quem não será?

— Aquele fardado é o capitão Teodoro, olha a perna dura!

— E os outros só podem ser o visconde e o conde!

— Isso é obra de padre Quintino!

x x x

Quando o capitão Teodoro entrou na sala de audiências do palácio presidencial, lá encontrou sentados e solenes, o Senhor Presidente, o Visconde da Parnaíba e o cônego João de Sousa Martins. Rio Pardo falou, muito sisudo:

— Então, Senhor Capitão, os judas foram sempre expostos!...

— Excelência, toda a patrulha foi recolhida à prisão do quartel! Eles tinham ordens de vigiar a noite toda, mas, Vossa Excelência deve compreender, com aquela chuva da madrugada, eles se descuidaram, recolheram-se, não imaginavam que os bandidos aproveitariam a hora da chuva para enfiar os mastros... A chuva foi muito forte, quem poderia pensar?

O cônego perguntou:

— E não há o menor indício de quem possa ter sido o autor?

— Não tenho a menor dúvida de que é obra do padre Quintino.

Só não posso é provar...

O visconde atalhou:

— Pois trate de apurar as cousas, investigue com todo cuidado e, se descobrir o responsável por essa canalhice, acho que deve dar fim nele!...

Pesado silêncio caiu sobre a sala. Nas faces sombrias do cônego João, as sombras da dúvida ligeiras dançaram. Entreabriu os lábios, como se quisesse fazer alguma observação, vacilou e permaneceu calado. No rosto enrugado do visconde a raiva tremia; os lábios descorados movimentavam-se de leve. Rio Pardo resolveu romper o silêncio.

— É na verdade um atrevimento sem limite. Nunca vi cousa assim por onde tenho andado; tamanho desrespeito à autoridade, chalaça tão grande!...

— Esse padre é um demônio! O que ele quer mesmo é desmoralizou todo mundo! — capitão Teodoro permanecia de pé.

— Sente-se, Capitão! — mandou Rio Pardo.

Teodoro obedeceu, sentou-se na ponta de uma cadeira, acomodando com jeito a perna defeituosa.

— Pois a cousa está neste ponto: tomei informações, ja soube que a mulata Raimunda, ama do padre, esteve muito atarefada em costuras, nos últimos dias. E um ourives, que mora na Rua das Flores, cujo nome pediu-me que não revelasse, passando alta noite em andanças de amores, pela ponte nova do Pouca Vergonha, encontrou dois negros conduzindo varais, indo na direção da Rua do Fogo, como se fossem para a casa do padre. Deviam ser os mastros dos judas. E o padre anda eufórico, em rodas de amigos, só fala dos judas, achando muita vantagem no feito canalha.

— Não há dúvida de que esse padre merece um ensino...

O cônego João falou pela primeira vez:

— Mas não é preciso que tal ensino seja a morte!

Né de Sousa enrugou mais a testa suada:

— Certos casos, meu filho, só se lavam com sangue!

Outra vez o silêncio pesado caiu sobre a sala onde o calor sufocava, esse calor que vem depois das chuvas grandes, o sol escaldando as telhas úmidas, o sol que prepara as chuvas vindouras.

A MORTE AO LUAR (*)

A noite de lua tomava seu banho nas águas do Mocha. As fontes perenes, das margens umbrosas, brotavam silentes. Nas pedras molhadas cirandavam os raios de luz do luar. Da mesma lua que se refletia nas pedras de bico-de-jacaré do calçamento côncavo da Rua do Fogo. O padre Quintino morava na casa pintada em mosaico. Um quadrado amarelo, outro vermelho, outro verde, outro azul, a casa mais bonita da Rua do Fogo.

Os três sicários colavam-se às sombras da casa defronte. Um deles atravessou a rua, bateu à porta do padre.

Raimunda escutou, perguntou quem era.

— É de paz, preciso falar com o reverendo.

A ama foi acordar o padre:

— Tão chamando o senhor na porta. Acho que o senhor não devia sair.

— Quem é que está lá fora?

— Num sei, num me dixero.

— Pois vai perguntar quem é, mas não abra a porta.

Raimunda caminhou, arrastando os chinelos. Padre Quintino vestiu a batina, apressado, meteu a pistola no bolso, seguiu a empregada.

— Quem é que está aí?

— É da parte de seu Lívio Castelo Branco. Ele pede que o reverendo vá à casa dele urgente.

O padre abriu a porta, cauteloso, a mão no bolso da batina, segurando a pistola.

Havia três homens do lado de fora, que não davam mostras de querer fazer mal. Quintino reparou se algum deles era seu conhecido. Havia um que parecia ser soldado de polícia, mas estavam sem farda... O padre saiu, pisou nas calçadas e foi recebendo no peito a punhalada. Puxou da pistola, foi tudo tão rápido, atirou a esmo. Acertou em um dos assassinos, mas os outros o crivaram de facadas. O padre caiu no meio da rua, a negra batina manchada de sangue, a lua batendo nas pedras molhadas do sangue vermelho do padre morrendo.

Raimunda gritou. Acudiu logo gente, a vizinhança toda acordou. O criminoso que o padre baleou estava sentado sobre as calçadas, do outro lado da rua, gemendo muito, com as mãos segurando a coxa ferida. Foi preso pelos homens que acudiram aos gritos da governanta.

(*) Capítulo LVII da mesma obra citada.

Chegaram soldados, conduziram o preso para a cadeia, que ficava no largo da Matriz, perto da Igreja.

O padre morreu no meio da rua. Quando foi carregado para dentro de casa, seu corpo não tinha mais vida. Raimunda chorava e gritava e gemia.

— Eu bem que dixe a ele que num abrisse a porta.

— Quantos eram — Quis saber um dos senhores, dentre os muitos que enchiam a casa, alvoroçados.

— Era bem três... Os outros correram. Só ficou aquele que o padre embaleou.

Ninguém mais dormiu. Na noite de lua, o povo zanzava pelas vielas e becos, nas proximidades da Rua do Fogo. Até mulheres e crianças sairam das casas, vinham examinar o sangue espalhado nas pedras do calçamento irregular.

Os amigos do falecido conversavam em voz baixa, nos cantos da sala, onde o corpo estava exposto sobre um sofá, quatro velas acesas em redor. Todos lançavam a culpa sobre o chefe de polícia, naturalmente apoiado pelo Conde do Rio Pardo e pelo Visconde da Parnaíba. Os mais exaltados chefes políticos do partido do padre, presentes à sentinela, diziam para quem quisesse ouvir que o crime tinha sido praticado por ordens do capitão Teodoro. Duvidavam muito que aquele preso fosse devidamente interrogado e revelasse algo de valor para o inquérito.

E no enterro, que foi bastante concorrido, os oradores acusaram claramente os homens do poder, como responsáveis pelo assassínio.

x x x

Capitão Teodoro estava preocupado com o preso, que não ficou na cadeia e sim no hospital militar. Foi pedir instruções a Rio Pardo. Que fazer com o preso?

As ordens vieram claras:

— Protele o interrogatório até que ele se restabeleça, ameace-o para que não converse demais e, quando ele tiver condições, facilite-lhe a fuga... Que mais se pode fazer ante o fato consumado?... Agora, Capitão Teodoro, diga-me uma cousa: era mesmo preciso chegar a esse extremo com o padre Quintino?

— Excelência, eu não tinha dúvidas quanto à autoria dos judas e o caso era também meu, pessoalmente...

— Não terá sido uma vingança muito cruel? E a repercussão que isso vai ter, com Sousa Ramos e o doutor Francisco

na Assembléia Geral?

— Eu não pensei nisso, Excelência. Meu ódio do padre era maior que tudo.

— Pois tenha cautela com o senhor, capitão!

— Não se preocupe, Vossa Excelência... Eu sei me cuidar.

Saiu do palácio e foi até a residência do visconde. Né de Sousa recebeu-o muito carrancudo, como um velho general que não ficou satisfeito com a missão que havia entregue a seu subordinado.

— O senhor não acha que foi muito precipitado, capitão? Ninguém tinha lhe dado ainda a última palavra... Talvez fosse bastante intimidar o padre...

— Era essa mesma a minha intenção, Senhor Visconde! Mas ninguém esperava que o padre reagisse como reagiu. Quando os outros viram o companheiro ferido, cuidaram de terminar com o padre...

Né de Sousa olhou bem fundo nos olhos do capitão, a procurar quanto havia de verdade naquelas palavras. Teodoro desviou a vista.

— E esse preso, que pretende fazer com ele?

Teodoro transmitiu ao visconde os conselhos de Rio Pardo.

— É... Boa medida... E o conde, que disse mais?

— Pensa como o senhor, acha que me apressei um pouco... Mas eu não disse a ele que a culpa foi dos rapazes, que eu não tinha dado ordens para liquidar o padre, era só para amedrontar... Preferi assumir toda a culpa.

— E esses rapazes?...

— Um era da polícia... Os outros dois são gente de fora.

— O ferido é o da polícia?

— Não, senhor!

— Ainda bem. E os outros?

— Dei a eles o dinheiro prometido e mandei-os viajar. Devem andar longe, uma hora dessas...

x x x

Sentado à sua banca de costume, no boteco do Matias, o doutor Pedrosa viu quando Teodoro saiu do Palácio do Governo e entrou na casa do visconde. Mostrou para o velho Matias:

— Ali vai o capitão coxo a prestar contas de seus feitos.

— Não fale assim, doutor. Quem lá sabe o que se pas-

sou? Sabe o senhor doutor quantos inimigos tinha o padre Quintino.

— Lá vens tu de novo, ó Matias, com tuas chochas defesas. Achas tu, então, que pode haver dúvidas sobre esse crime hediondo?

— O senhor doutor é homem das leis e sabe que ninguém pode ser considerado culpado, sem provas concretas.

— Tens razão, Matias. Tais provas nunca aparecerão, de vez que os homens do poder não se interessam em procurá-las. Bastaria esse preso ser interrogado honestamente...

— Mas já foi, doutor. Ele afirma que desconhece o mandante, que foi contratado por um dos que fugiram...

— É isto mesmo... São as falhas da justiça humana... No entanto eu vejo as cousas tão claramente... Padre Quintino, um político exaltado e ferino corajoso, mas também debochado, manda colocar na principal praça da cidade três judas, adornados com medalhas e fitas, vestidos de tal maneira que todo mundo vê neles as imitações grotescas do presidente da província, do senhor visconde Né de Sousa, do chefe de polícia. E, na noite do mesmo dia, o padre é assassinado à porta de sua casa, por assassinos contratados. Que mais queres, Matias, que mais queres?

— E quem prova também que foi o padre Quintino quem mandou enforcar os judas?

— Quem mais poderia ter sido, velho Matias? O padre só faltou sair dizendo aí pela rua, que tinha sido ele o autor!

— Não sei, senhor doutor Pedrosa... Essas cousas eu prefiro ficar calado. Afinal, nada tenho a ver com a política... Só posso garantir uma cousa: eu gosto muito do senhor Né de Sousa, meu velho amigo dos tempos da mocidade, e não acredito que ele mandasse fazer um crime desses. Acredito não!

x x x

Quando a lua brilhava outra vez sobre os velhos telhados de Oeiras, no dia 17 de maio, o capitão Teodoro foi assassinado, ao sair do quartel, acompanhado de dois soldados, que lhe serviam de guarda. Ninguém sabe quem foi o assassino. Não faltou quem dissesse que foi a própria polícia, subornada pelos parentes e amigos do padre Quintino. Recebeu um balaço no peito e caiu de costas, já morto, sem ter tempo de nada. Os soldados que o acompanhavam recuaram e entraram no quartel, esbaforidos. Saiu um sargento e examinou o cadáver. Não havia ninguém à vista. A notícia espalhou-se ligeira pela cidade. Foi outra noite de alvoroço e inquietação.

Humberto Guimarães

A história dessa vetusta cidade do meu Estado e o carinho com que seus filhos a ela se referem, sempre me chamaram a atenção, despertando-me o desejo de conhecê-la. Por isto mesmo foi que, aproveitando um fim de semana e a amizade do oeirense José Gutemberg — companheiro na rotina psiquiátrica e na admiração do que é arte e do que é história, — fui lá para ver: e vi coisas que me enlevaram o espírito "teimosamente romântico"; e vi coisas que, por reverso, acabrunharam-no, infelizmente.

As coisas que vi admiráveis foram o empenho pelo refinamento cultural dos filhos da terra — que procuram destacar-se não somente na perseguição das profissões de nível superior, fixando-se uns em outros pontos urbanos do próprio Piauí, outros em Estados diversos do grande rincão brasileiro, e alguns, poucos embora, retornando à cidadezinha para a fixação do domicílio e a prestação mais íntima de um tributo rotineiro; quase todos entretanto, fazendo incursões em época de folga para reverem suas raízes, fortes raízes. Não somente, pois, característica comum, também no culto da literatura, da pesquisa histórica e artística de um modo geral, nos velhos e nos novos — centelha que se aviva ao primeiro estímulo do tema preferido — é o que o visitante presencia ali, cercado de tanta urbanidade, a beber um ponche lírico de amor à terra (sem ressaibos chovinistas) servido, ora numa taça de exaltação reconhecida, ora num copo de ressentimento em virtude do abandono em que se encontram alguns aspectos nobres da cidade histórica, ponche servido por um José Gutemberg psiquiatra, por um Dagoberto Ferreira pediatra de Carvalho Júnior, por um José Expedito, ou pela pena trabalhada de O. G. Rêgo de Carvalho..., sendo a veia poética tão comum ali que, quase todos os oeirenses já têm feito um sonetinho por vezes acanhado, ou por vezes explodido em mananciais ricos de um dionisíaco Gerson Campos que, em gregorianos e alexandrinos derramara-se pelas madrugadas sonetando nostalgias e retalhando paixões inveteradas esparzidas em decantada boemia — lembrado hoje como um monumento da cidade que tem o Mocha a seus pés, infelizmente agonizando de tristeza, suas águas paradas e poluídas.

Monumentos vivos da cultura vi ali condensados na realidade do Instituto Histórico, alguns deles já desgastados fisicamente pela idade cronológica, mas bem fagueiros na lucidez

mental — como é o caso de Costa Machado, a quem visitei, levado por Gutemberg; como é o caso de Possidônio Nunes de Queiroz, um inquieto viajor, a quem, afetivamente, chamam de "Enciclopédia Ambulante".

Entramos na casa de Costa Machado, e sentimos desde logo, um cheiro presente de passado vivo impregnado nas paredes antigas, na solidão do ambiente que, parece, outrora ter sido tão cheio de vozes; e na poeira da biblioteca de inumeráveis livros de épocas diversas, que já se desfazem, na maioria, à falta de melhor arrumação e de uma atividade de espanador — vez que aquele que tanto os manuseara, e com paixão, hoje já não tem condição de cuidar de seu tesouro, manietado que se encontra ao raquitismo da sua velhice, aos tremores da sua velhice, à cifose da sua velhice, à tristeza de sua velhice sem ecos domésticos naquilo que sempre levara tanto gosto. De relance observei a tristura de Peres Escrich, de Viriato Corrêa e de Anatole France entregues à voracidade das traças.

E Costa Machado, apoiado na sua bengala, curvado mas contente, saiu da sua rede e nos veio fazer sala, a catarata dificultando sua visão. Tremendo a voz, agora animada de um sopro espiritual entusiasta, embora já de um fraco timbre, desborda sem titubeios, sem bloqueamentos arterioscleróticos no curso do pensamento e na expressão da linguagem, fluindo idéias seguras e bem associadas de uma cultura burilada à parnasiana, adquirida ao longo dos seus oitenta e quatro anos de vida.

* * *

A história é presença que paira sobre a cidade, concentrando-se na Casa da Pólvora, na Praça da Matriz, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no Sobrado do Major Selemério — antigo Palácio do Governo —, na Casa de Câmara e Cadeia, no Palácio dos Bispos, na Casa do Cônego, na Casa do Visconde, na Igreja do Rosário, na Casa das Armas, na Casa do Passo, na Capela do Cemitério, na casa do Patronato, na casa do Padre Freitas, entre outras construções de estilo colonial, esteios seculares dos nossos primórdios político-sociais. É contudo uma presença que, lamentavelmente, vai-se esmaecendo dia a dia à corrosão da indiferença do poder público que ali administra, fato que se observa com mais apuro, exatamente no marco maior, que é o Riacho da Mocha sob a ponte de Zacarias de Góis que está numa expiração agônica de tanto desprezo... A Ponte de Zacarias, que é tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, está abandonada, desgasta-se aos rigores da

indiferença total. Sob seu arco, inermes, as águas estagnadas do nosso mondego servem de viveiro para os pernilongos e de refrigério para os porcos — que ali refocilam e roncam a sua sesta, embalados pela melopéia das muriçocas.

Admirei Oeiras pela sua teimosia de ser e de permanecer apesar de todos os pesares que se manifestam na apatia de quem preito assiste, para com seus valores heráldicos fadados, salvo algumas exceções, à deterioração. Oeiras, ela própria, como um todo, é um monumento histórico — ex-Capital que é, marco do início político de um povo que se organizava desbravando o sertão, concentrando riquezas e brigando pela independência da pátria. Como tal, deveria ser considerada toda ela um patrimônio histórico, passando por restaurações em tudo o que há de História (e é quase tudo), perfilando-se para excursões de estudiosos e de turistas numa motivação sempre renovada.

* * *

Com muita dificuldade pude descobrir uma inscrição inaugural na Ponte Grande do Mocha, cercada de lama e de cisco, quando deveria, a exemplo do que se fez com o campo do Jenipapo, estar limpa e sob vigília militar, preito de justiça, disciplina cultural e gratidão histórica. Dali, cavalgando a elevação de um monturo bem no beiço do Mocha, contemplei lá adiante o Sobrado do Major Selemério que, felizmente está em restauração, ao menos este. Iremos ver seu aproveitamento depois. O Palácio dos Bispos também está sendo restaurado, mas o oeirense parece olhá-lo de viés, receioso de que, a exemplos anteriores, alterem a unidade da arquitetura colonial.

Olhei Oeiras sob a canícula do verão, e tracei um paralelo com o que vi em Salvador da Bahia, onde cada habitante se orgulha de dizer ao visitante que é um guia turístico, e declama em jorros de entusiasmo, o que é que a Bahia tem, pois é que ali a história não tem poeira, é espanada dia a dia, havendo em cada rua sempre um motivo colonial polido, restaurado, protegido, pronto para se mostrar ao visitante — que pára, olha, aprende e fotografa aqueles valores que contam a história do Brasil para a eternidade, porque preparados estão, desde os paralelepípedos do Pelourinho, para enfrentar a eternidade: lá está o monumento que marca, na orla marítima, o ponto de chegada de Tomé de Sousa. Adiante, o morrinho de Caramuru, a Igreja de Ouro, a Igreja do Bonfim e outras igrejas, o Museu de Castro Alves na Praça do Pelourinho, o barbei-

ro de Rui Barbosa (um passado vivo) e a Casa de Rui, a casa onde o estudante Jorge Amado morou no áureo tempo do cacau expondo artesanatos e livros, ao fundo, o restaurante típico a servir a caipirinha ao lado de outras opções; depois os terreiros de candomblés da Menininha do Gantois e de Olga do Alaquê, o Armazém de Escravos na orla do mar, as comidas típicas (caruru, acaragé, etc.), o Farol da Barra, os Fortes, a Bacia das Moças... tudo vivido, a justificar o entusiasmo do baiano — que canta história pelas ruas —, num redivivo que atinge as raias da obsedação, mas que não enfada porque desperta sempre a imaginação para o poder criador, tudo, graças ao zelo do poder público que também se impregna do entusiasmo, não regateando esforços nem verbas para polir, conservar e ostentar, promovendo o turismo que ali, enche os olhos de tanta coisa, ao embalo das percussões do berimbau em motivos de capoeira e macumba.

Oeiras tem coísas equivalentes, exceto o mar; mas estão desgraciosas no aparato da indiferença promocional, por parte do poder público, apesar da grita do seu povo que, afetividade à flor da pele, ainda se ufana a contemplar os restos do Mocha e as sobras, hoje desvirtuadas, da Casa do Visconde desmembrada em propriedades particulares...

A população oeirense não dispõe de recursos para restaurar sua cidade, e sente, no íntimo, a tristeza por essa impotência, a mágoa do abandono. Por isso saí compadecido e hoje, de moto próprio — Porque Oeiras é um patrimônio do meu Estado, — resolvi prestar este testemunho — que é um libelo — e apelar para os representantes políticos da cidade do Visconde da Parnaíba, para que tomem a peito este problema, não deixando esta afilhada de Nossa Senhora da Vitória perder suas características históricas — o que lhe dá vida e significado.

Filhos de Oeiras, briguem por isto. Atormentem prefeitos e deputados, salvem a cidade que os pariu, e o Piauí inteiro ficará agradecido.

O MOCHA

Possidônio Queiroz

Bonito, limpo, asseado, serpeando num leito, aqui e ali forrado de pedras, corria outrora gárrulo e feliz, o riacho Mocha.

Banhando alguns quilômetros de território do patrimônio municipal de Oeiras, deságua no Canindé, a uns seis quilômetros da cidade, na propriedade "Caldeirões". De curso apreciável, corria rumoroso, durante o ano inteiro pois que às suas margens, aqui e ali, em vários pontos, se localizavam ricas nascentes (olhos dágua) que contribuiam para alimentar-lhe a murmurosa corrente.

Quando Domingos Sertão, pisando terras piauienses, e acaparando-as para a sua criação que se dilatava, chegou por aqui, deve ter sido tomado de grande euforia, ante o quadro que a Natureza lhe oferecia. Campos riquíssimos de pastagens, de toda ordem, se abriam a perder de vista. Água em profusão.

Vasculhando o terreno para o Poente, e subindo a chapada que morre ao sopé da cinta de morros que circunda esta cidade; um altiplano de clima convidativo, propício ao desdobramento de seus rebanhos. Virando-se para o Nascente, explorando o chão até os sete quilômetros, mais ou menos, a corrente fertilizadora do Canindé. E ao longo de suas margens, enfeitando os céus com o verde sumoso de suas folhas ondeantes, e enchendo os ouvidos do Sertanista e comitiva, com a música característica das copas altas, espalmadas; o grande exército da "árvore da vida." E entre o vale formado pelos morros e o Canindé, o riacho que outrora deu nome à nossa terra.

Às suas margens plantou Mafrense, uma das suas fazendas. A situação era boa, o Mocha ajudou. Por isso o reduto pecuário depressa se desenvolveu. E ei-lo dentro em pouco apelidado de povoado; transformado em Freguesia, a primeira criada no Estado; em vila, em Capital, em cidade.

A obra do homem encontrou poderosa colaboração da parte do riacho amigo, que tanto quis a esta terra, que a estima tanto, que está visceralmente ligado à sua história, e que por ingratidão de todos nós, se encontra agora transformado numa grande cloaca. O termo escorre da pena, que treme ao grafá-lo. Mas a mente não o repugna, pois é a impressão que temos, olhos tristonhos, cada vez que contemplamos esse riacho, que tanto serviu ao nosso torrão natal, que foi causa do seu nascimento, e que, por isso, deve merecer o respeito de todos nós.

Águas claras, cantantes, quase translúcidas, corria ou-

trora, descuidoso e feliz o velho Mocha. Ao longo do seu curso quantos poços, grandes, profundos, ricos de peixes, apropriados aos exercícios benéficos da natação! Nomeá-los, não podemos, que a memória não nos ajuda e receiamos esquecer alguns. Eram, porém, muitos.

As margens do outrora poético riacho, vestiam-se de basta vegetação. Gameleiras enormes, enamoradas do espaço, se atiravam para o alto, ávidas de azul, e iam, lá em cima, abrir o docel das copas luxuriantes, que pompeavam nos céus, fazendo inveja ao mofumbal cheiroso que se derramava em derredor. Ingazeiras por toda parte. Pés de bruto (é assim que denominamos aqui agraviola) em profusão, ofereciam enormes frutos aos banhistas que os apreciavam. Marias-moles acompanhavam as retas e curvas das ribanceiras, numa amizade devota às águas que as dessedentayam. Basto cajueiral, de frutos doces e ricos de vitaminas: eram, na época propícia, um regalo à população citadina.

Alegria contagiante, fartura, poesia... Suas águas frescas, convidativas, cantando, de contínuo pela voz de suas ninfas, uma canção envolvente, doce, embaladora, só para os ouvidos das divas oeirenses, que iam mergulhar os corpos formosos no precioso líquido, limpo, cheiroso...

O Mocha ajudou a construir Oeiras. Nada se fez aqui sem seu concurso. Da cabana humilde ao Palácio Nepomuceno; desde a tosca e primitiva capelinha de 1697 ao primeiro templo regularevantado no Estado; — relíquia histórica, sagrada, em cujo recinto se batizaram e casaram os que no passado começaram a obra de criação do Piauí de hoje — tudo, tudo recebeu o auxílio de suas águas amigas. Porque o Mocha era um riacho bom, (hoje é mau? não!) porque as suas águas benéficas, perfumadas, pelo muito que fizeram para o bem de todos, mereciam a estima de todos —, por isso, ilustres filhos da Velha-cap, — luzeiros da inteligência piauiense — o cantaram em versos inspirados, maviosos, como a quererem, através da linguagem das Musas, render tributo de agradecimento ao histórico manancial.

Clodoaldo Freitas, Nogueira Tapety, Luiz Carvalho, Pedro Brito, Vidal de Freitas, Gaudêncio Carvalho, José Expedito, e outros, domaram Pégaso e foram a Castália, só para beber daquela água miraculosa, a fim de cantarem com precisão, as excelências de outra água, hoje desprezada, malsinada, asquerosamente poluída.

O Mocha sente, o Mocha sofre, chora e se maldiz.'

— "Que mal fiz eu, — poderá perguntar — para receber, em troca de tanto bem, da terra a que tanto quis e quero, e que ajudei a construir, esse tratamento, de todo ponto, injusto?"

O Mocha sempre quis a esta gleba. Ajudou-a, embalou a, tratou-a com carinhos de mulher amante. Por isso, noite velha a dentro, quando Morfeu estendia as asas protetoras sobre a nossa terra, as águas do curso amigo, para não incomodar o sono dos ribeirinhos, passavam levitando por sobre as pedras do seu leito, suspendendo o barulho costumeiro, o acanhoamento de todo instante. Isso era o que diziam os moradoroes da Bica e de outros pontos de onde se viam as ribanceiras do riacho. Por isso ainda, pelo amor que tinha à "velhinha de cabelos de brancos", amargurou-se penosamente, com a mudança da Capital para a Chapada do Corisco. E sofreu tanto, chorou tanto que se emagrentou do líquido elemento. Isso foi o que notou o ilustre Conterrâneo, Prof. Dr. Luiz Carvalho, ao afirmar que o Mocha sofrera e diminuira de volume com a retirada da sede do governo de suas margens.

O Mocha está morrendo. Os homens o transformaram num depósito de lixo, bem em frente à cidade. E mais além, o arrasaram, cortaram-lhe o curso, achataram o seu leito. O Mocha não tem mais leito. E para que a depredação fosse completa, tiraram-lhe a roupagem, isto é, destruíram as árvores que o protegiam.

A VINGANÇA DO MOCHA

Conta-se que numa tarde distante, talvez no Oriente fabuloso, existiu outrora um jovem pastor, que conduzia seus rebanhos ao som de uma flauta que tangia admiravelmente. Afeiçoara-se ao instrumento que Márcias criara e o fazia vibrar com a virtuosidade com que o maestro Patápio Silva o executava.

Através da pradaria relvosa, levava o seu gado manso e nédio, sempre preso às inspiradas melodias que sabia de cor, ou que improvisava na ocasião. De uma feita passou perto da morada de enorme serpente. Esta escuta sons diferentes dos ruídos da selva. Sai da toca, e vê o moço, e ouve uma melodia estranha que lhe enche e acaricia ativamente os ofídicos ouvidos, dominando-a, inteiramente. O jovem se transfigura na criativa interpretação de uma música irresistível. A fera dominada, passa a seguir o grupo por toda parte. A sua atitude pacífica não causa inquietação. Aos primeiros soluços da flauta mágica, ei-la ao pé do jovem pegureiro, rendida, hipnotizada.

O tempo passa e as cousas correm na monotonia de sempre. Um dia, porém, aquele moço inteligente, alma aberta aos arrebatamentos dos sonhos, resolve sair dali, ver outros ambientes, correr terras. Despede-se do pastoreio e se vai para a cidade grande. O rebanho definha. Sente a ausência do seu amado pastor, daquele motivo musical que o enchia de vibração e de vida. A serpente recolhe-se desgostosa à sua toca, de onde se afasta apenas para recolher alimento e para onde volta logo após, a curtir a sua colubrídea decepção.

Os anos correm. O moço trabalha. Estuda. Vence. E já rico, importante, cabeça cheia de conhecimentos, sente saudades das cousas da juventude e resolve visitar a pequena terra onde nascera. E também os campos por onde andara. Não encontraria mais as ovelhas amigas, porém executaria para os ermos e para as árvores, algumas das árias antigas que os ecos repetiram tantas vezes.

A melodia sobe, enche o ambiente. A natureza em derredor se queda embevecida, na rememoração sonora daquelas estrofes musicais. A serpente desperta. Ouve. Lembra-se, e salta da cama e corre em direção do músico que tanto admirara. Prende-o nas malhas terríveis. Enrosca-se-lhe no corpo toda parte. Sente-o seu. Enlaça-o com um grande amor, com o amor de uma serpente faminta, agravado pelo desespero de ter sido esquecida tanto tempo. E o vai apertando, apertando furiosamente, num abraço de morte, até estrangulá-lo. Naquele abraço fatal a vingança. O moço fugira ao seu deleite (dela); agora morra o homem.

Na madrugada de 22 de janeiro deste ano, enorme aguaceiro se abateu sobre a cidade. E o velho Mocha, pletórico, salta do lugar onde outrora existiu o seu leito, e que os homens destruíram, aterraram: salta dali, e não tendo por onde correr pacificamente, entra pelos quintais, derruba muros, invade ruas e destrói casas.

Como aquela serpente da lenda, também sentiu o desprezo. Sentiu-o mais acertadamente, porque partido de um povo a que nunca deixara de servir; a que ajudara poderosamente, a criar. Era a vingança contra a cidade ingrata, que lhe tem pago com sujeiras, com imundícies, com maus tratos, o amor que lhe dedicou, a ela, desde o nascimento, embalando-a, aseando-a, dessedentando-a.

E ninguém se engane. Outros momentos de ira, de vingança, os mais terríveis, virão, se continuarem a tratar o velho riacho da forma como agora o fazem. Chuvas maiores que a de 22 de janeiro, têm caído, sempre caíram nesta cidade. E o nosso velho amigo não incomodou a ninguém. Tinha por onde

correr, o leito que Deus lhe dera. Agora que lhe tomaram, terá de passar raivoso pela cidade. Não o podemos taxar de mau, não, ele é um riacho amigo, bom. Mas isso não o impede de aborrecer-se, de irar-se. A muita ingratidão transtornou-o.

"Nem toda a ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura", disse a Águia de Haia.

O Mocha enraivou-se naquele dia. Aborreceu-se com o povo que o quer aniquilar. Foi uma ira justificada. Que ela sirva para alertar a nossa gente, os responsáveis pelo destino da terra, a fim de que, despertados, procurem curar o riacho amigo, dando-lhe o tratamento que merece, isto é, limpando-lhe as margens, restituindo-lhe a cama por onde sempre correu tranquilo, sem violências, e que há muito lhe vão tirando, até ao estado em que se encontra. Será isso um serviço feito à nossa Oeiras, cuja história se liga, harmoniosamente ao Mocha velho de guerra.

(Transcrito de "O COMETA" (jornal que se editou em Oeiras), nº 05, de maio de 1974).

A VINGANÇA DO MOCHA

A Possidônio Queiroz

> "(...) E o velho Mocha, pletórico, salta do lugar onde outrora existiu o seu leito e que os homens destruíram, aterraram; salta daí, e não tendo por onde correr pacificamente, entra pelos quintais, derruba muros, invade ruas e destrói casas (...)"
> (P. Q. In O COMETA).

Nunca mostrara índole valente...
Corria manso, em tépida cantiga,
no leito natural, a cama antiga,
e desaguava, além, noutra corrente...

Testemunha da vida dessa gente
que noutro tempo se mostrava amiga,
dessedentava-a, sem qualquer fadiga,
e fecundava o chão, sempre indulgente...

... E descia chorando as próprias mágoas
e a mágoa alheia, da cidade injusta,
que lhe roubava o leito para as águas...

Até que, não restando alternativa,
extravasou, levando, à própria custa,
casas e muros, em vingança altiva!

Fortaleza, 13/junho/74

J. Ribamar Matos

LEMBRANDO RIBAMAR MATOS

Dagoberto Carvalho

Foi num janeiro, nosso último encontro com Ribamar. Janeiro de 1974. Janeiro alegre de um 74 fatídico. Para o poeta e para nós que tivemos a felicidade de conviver com ele. Memorável encontro, esse. O próprio Matos vaticinara-o, com sua peculiar modéstia, em carta de julho de 1973 — "Estou torcendo por um encontro nosso: já faz tempo que não nos avistamos e, nisso, levo a pior, pois tenho muito a aprender contigo." Encontro bem ao gosto de todos, num fim de tarde na Praça da Matriz. Admirávamos o por-do-sol no Morro da Cruz e comentávamos com Sissi Carvalho e Gutemberg Soares, poetas também — abençoada geração de poetas — a beleza ímpar, talvez, do momento; quando aparece o Ribamar. Ele mesmo definiu, então, de "aparecimento", sua estada em Oeiras. "Meteórica", como todas, disse-nos e sentou-se. Meia hora de prosa. De poesia também. Andava o poeta, a essa época, entusiasmado com "Fernão Campelo Gaivota", livro da moda. Bonito. De filosofia e de fotografias. Todo bonito.

Na conversa — ordem do dia, de todos os dias — o Instituto. Esse Instituto mais de poetas que de historiadores mas, nem por isso, menos "Histórico". Falou-nos o Ribamar de sua satisfação — o Instituto tem umas tantas manias acadêmicas — por ter recaído em nós, a escolha para recebê-lo em Sessão Solene. Continuou: "o velho Machado queria isto agora mas, consegui convencê-lo a deixar para julho". Havia entre nós, muitas afinidades — velha amizade do Ginásio Municipal, da política estudantil nos extintos Centro Cultural Tiradentes e União dos Estudantes Secundários de Oeiras, dos serões literários — e marcamos a troca de "discursos". Depois, despedimo-nos. Poeta para todos os lados. E eu, pretenso "aprendiz de historiador", saí pensando no que diria, não ao velho amigo, mas, ao poeta de "Poeira de Estrada", em noite de festa, mais poeta ainda. Escrevi duas linhas:

"Senhor Ribamar Matos —

Convidado para vos apresentar as boas vindas do Instituto Histórico de Oeiras, nesta hora em que solenemente vos recebemos como Sócio Correspondente, não pude declinar de tão honroso convite. Menos pelo mérito dos que o fizeram, que é grande, que pela nossa amizade. Mais pela amizade, repito, que pelo desejo de satisfazer a vocação acadêmica desta Casa.

A nossa amizade, portanto, fazendo-me esquecer a condição de apenas defensor de nossos mais caros valores culturais ou, quando muito, de modesto pesquisador de nossa História, motivou a aceitação do convite. Missão ainda assim, difícil, pois que a um poeta, fala melhor, outro poeta.

Não nos faltava o vosso concurso a nossa causa, bem o sabemos. Conhecemos de longo tempo e de longo tempo sabemos do quanto sois capaz por Oeiras. Vós mesmo já o disseste, repetindo Bilac: "Por ser de minha gente é que sou rico, por ser de minha terra é que sou nobre".

Sabíamos, portanto, que vos alistareis na primeira linha de todos os empreendimentos que se fizessem a prol de Oeiras. Cedo, muito cedo ainda, antes mesmo de partirdes para a Serra, de onde por mais perto do céu voaríeis para mais alto, destes prova de vosso amor — amor de poeta e de jornalista — para com a terra berço da imprensa piauiense, fundando e dirigindo, aqui, "A Luz". Faltava-nos, todavia, em festa como esta, simples como de costume as que sempre fazemos, mas, reconhecida como elas todas, dizer-vos de nossa alegria por ver formalizado o vosso enfileiramento ao nosso lado. Ao lado de poetas — agora, sentir-vos-eis mais à vontade — como Expedito Rêgo, Luiz Lopes Sobrinho, Bugyja Brito, Balduino Barbosa, Costa Machado e tantos outros".

O resto do discurso ficou para depois. Depois para nunca mais.

Em fevereiro do mesmo ano, recebo no Recife, "O Cometa" — marco maior dessa nossa arrancada de renovação, a que nas "farras boêmias" de Olinda, com Gutemberg Soares e Adão Mendes apelidávamos de Movimento Oeirense de Renovação Cultural — com um soneto que o poeta nos dedicara: "Tântalo". Magnífico soneto. Aliás, Ribamar foi um poeta só de sonetos. Certa noite, num outro casual encontro nosso, com um também velho amigo, Adovaldo Dias de Medeiros — moço de inteligência privilegiada — disse-nos o poeta que ao contrário de Castro Alves que quase nunca escrevia sonetos, ele só conseguia a expressão maior, no soneto. Foi, fora de dúvidas, um mestre no estilo. O maior de nossa nova geração.

Em junho, a notícia estarrecedora da morte de Ribamar Matos. "Morte velha, sem sentido, implacável, idiota" como ele mesmo o disse em outra carta, quando do desaparecimento do Gérson, poeta e "boêmio", amigo de todas as horas e de todas as serenatas. Desfalcados com sua morte, o Instituto, os amigos e a "terrinha", já tão pobres todos de valores, de amigos e de poetas.

Hoje, o Instituto Histórico de Oeiras, reconhecendo, de público, o valor do morto ilustre, prestou-lhe significativa homenagem, dando à sua Biblioteca — por sugestão nossa a unânime aceitação de seus pares o nome de "Jornalista Ribamar Matos". A Sessão Solene de instalação, deu-se a cinco de março do ano em curso e, substituiu, na saudade, a que se programou para festivamente recebê-lo em julho de 1974. Só que hoje, o "meio discurso" daquela tarde de janeiro, haveria de terminar com os versos que escrevemos em fevereiro de 1975, no Cabo de Santo Agostinho:

Sonhando o infinito — teu velho tema — poeta,
fizeste de versos, sua estrada de luz...
Foste por ela, sem dúvida, estrada sem volta!
Ficou de teu sonho, uma saudade infinita
como o infinito que sonhaste —
luminosa poeira de estrada de versos!

A BATALHA DO JENIPAPO

Por Bugyja Britto

A Batalha do Jenipapo, ferida a 13 de março de 1823, no município de Campo Maior, da então Província do Piauí, é uma página épica, escrita com destemor e sentimento patriótico. No encontro perdemos militarmente a peleja, mas ganhamos politicamente ou na realidade das cousas. Foi uma batalha de Phyrro: Fidié ganhou, mas acabou perdendo... A luta levou horas sob a ação inclemente de um sol de março, pois no ano de 1823 houve uma forte seca na região. Fidié, o comandante português, dispunha de bom armamento, inclusive de 11 peças de campanha e de cavalaria armada de lanças e carabinas; o seu exército, estimado em 1600 homens, sendo, na maior parte, constituído de soldados lusitanos, remanescentes dos defensores da invasão hispano-francesa, — tinha a dirigir-lhe um hábil aplicador da estratégia militar até então conhecida (1º). Os Independentes (assim chamados os que lutavam pela nossa emancipação nacional) cujo número era calculado em 3.000 homens, dispunham de armamento precaríssimo: duas velhas peças de campanha que, ao atirarem, se tornaram imprestáveis, de antigas pederneiras, de espingardas carregadas pela boca, de clavinas e pistolas mal calibradas, de punhais, chuços, lanças, arcos de barris e jucás.

Como se vê, era gritante a inferioridade bélica; havia apenas o desejo de lutar, que fazia de cada combatente brasileiro um crente destemeroso.

Raios solares causticantes — filhos da seca, — os balaços e tiros de canhões dos inimigos, os tombos dos nossos pelejadores que morriam sem assistência e os cadáveres de homens de ambos os lados, que se pisavam, constituíam um drama espetacular. Os brasileiros que não morriam, desejavam morrer, porque avançavam e enfrentavam o inimigo com audácia e entusiasmo; chegaram a arrancar, à mão, entre fogo cerrado, a bagagem militar de campanha pertencente ao Estado-Maior de Fidié.

Nos momentos acesos da batalha infernal, Fidié comandava pessoalmente e lembrava, como incentivo para seus soldados, o valor nunca desmentido do homem português.

Com a bagagem pertencente ao Estado-Maior estão a botica, as munições sobressalentes, os apetrechos pessoais dos oficiais, o dinheiro e até os despojos arrecadados pelos portugueses na Vila da Parnaíba, fazia quatro meses, isto é, em novembro de 1822, quando Fidié tinha tomado essa vila, cujos lí-

deres se rebelaram, em 19 de outubro de 1822, contra a situação dominante.

A peleja cruenta não deixou de martirizar o bravo exército lusitano, que, cansado e diminuído em número, sentiu os efeitos decorrentes da luta tremenda, e o seu Chefe — ele próprio — o aguerrido Fidié, atônito e desarvorado, acabou fazendo uma espécie de fuga estratégica: rumou, (após dois dias de estadia na sede do Município de Campo Maior, para reorganizar as suas tropas estropiadas), com destino à povoação do Estanhado (hoje Cidade de União), à margem do Parnaíba; atravessando o rio, alojou-se em Caxias (Maranhão), onde, de fato, se entrincheirou no *Morro das Tabocas* e recebeu, logo em seguida, contingentes portugueses, como reforço ao seu exército. De Caxias ele tinha a intenção de continuar a luta, eis que o Governo do Maranhão era um satélite importante de Portugal.

Em Caxias, após um cerco ferrenho das tropas piauienses (nessa altura auxiliadas por tropas cearenses e pernambucanas) Fidié rendeu-se incondicionalmente. Lutou bravamente, pelejou através de refregas e sortidas, tentou técnica e furtivamente livrar-se do cerco e abrir, à arma branca, brechas dentro das forças que o assediavam; combateu, finalmente, como um herói por mais de três meses. Os sitiantes talvez somassem um montante de 6000 homens, em armas.

Falta de munição e de gêneros alimentícios, a hostilidade velada dos caxienses e o assédio apertando, como uma inclemente torquês, as tropas lusitanas, abateram o ânimo varonil e disciplinado do herói peninsular, fazendo-o um submisso humilde!

A queda de Caxias valeu tanto quanto fosse um contra forte destruído na Cordilheira do Jenipapo...

Preso, levado para Oeiras e conduzido daí para o Rio, via Bahia, por terra, o intrépido major lusitano responde a Conselho de Guerra, em Lisboa. Em Portugal faz carreira através dos postos de graduação militar, chegando a Brigadeiro do Exército. Mas, em 1850, publicou o livro *Vária Fortuna d'Um Soldado Portuguez*, para contar, — além de sua própria fé de ofício (pois achava-se prejudicado, na sua carreira militar, por uma decisão do Ministro da Guerra de D. Maria II), — algo das lutas da Independência no Piauí e Maranhão; ele fora figura excepcional pelo motivo da posição oficial (Comandante de Armas do Piauí) que desempenhava.

Clamam, pedindo justiça, para o fim de uma revisão histórica nos compêndios escolares, aqueles que jazem nas risonhas campinas campo-maiorenses, pontilhadas de carnaubais tatalantes e semeadas de capim agreste (próprio da região) e que são também aqueles que souberam morrer, não beneficiando apenas os ideais de uma comunidade regional, mas igualmente o Brasil estremecido, uno, indivisível...

X X X

1º) — João José da Cunha Fidié, ou simplesmente Fidié, combatera contra a invasão de Portugal pelos franceses e espanhóis, assim que assentara praça, como cadete, em 1809, e desde logo se mostrara um bravo militar. Ferido gravemente em Olivença; estivera nos combates de Bussaco, Albueira, Vitória, Pirineus, Nivelle, Nive, Ortez, Toulouse, e na tomada heróica da Cidade do Porto. Acabou conhecendo toda a técnica guerreira do seu tempo e que era da Europa. Poliglota. Servira como intérprete de língua inglesa no Regimento a cargo do Tenente-Coronel Olivier, militar inglês do Comando-Geral de Wellington. Por fim era afilhado de D. João VI, a quem rendia absoluta vassalagem e incondicional obediência. A sua vinda para o Piauí foi de caráter especial; as autoridades portuguesas, à frente o D. João VI, tinham-no na conta de homem capaz de obstar os sentimentos nacionalistas dos brasileiros da região para onde viera; e acrescente-se ainda: ele era um elemento de quem se acreditava, em Portugal, poder garantir, ao lado do Brigadeiro Agostinho de Faria (MA), a divisão do Brasil, seccionando-o do Piauí à Amazônia.

CARTA

Costa Machado

Oeiras, 05 de junho de 1980

Prezado Dagoberto Júnior

Sinceros votos meus e de meus familiares pelo seu bem-estar ao lado da gentil Dra. Cristina e de seus queridos filhinhos.

Desde nosso último papo, continuei piorando da vista, das pernas, do todo. Não obstante, nutri a esperança por alguma melhora que me permitisse preparar a colaboração que você, na costumeira bondade, solicitou-me para o 3º número da Revista do I.H.O.

Infelizmente tal melhora não surgiu. Vem-me abandonando o gosto pela leitura, e até a alegria de escrever cartas a bons parentes e amigos. Eis porque resolvi agora, nas presentes linhas, rogar a você que me releve a falta de não poder realizar o trabalho prometido.

De alguns anos para cá, tenho cometido faltas desse tipo, e sinceramente me desculpado. Os motivos estão muitíssimos aumentados.

Você sintetizou essa consequência da idade avançada no seu discurso de posse na Presidência do I.H.O., em 20 de janeiro do ano passado: classificou o tempo de Oeiras representado por antigas, modernas e contemporâneas mentalidades. Aceitei, agradecido, o grau que me coube. Apenas estranhei que considerasse quixotesco o idealismo operante, a oratória fremente e a sensata obra histórico-literária do saudoso Cônego Cardoso — se o adjetivo quixotesco lá se encontre na acepção pejorativa, ao contrário da altaneira, carinhosa, grata acepção usada por Olavo Bilac na belíssima conferência intitulada Dom Quixote (*).

---

* — O adjetivo "quixotesco" usado para classificar a oratória de Cardoso de Vasconcelos o foi no mais carinhoso sentido bilaquiano. Nota de Dagoberto Carvalho.

Para esse simples reparo foi que, na manhã de 27 de janeiro, me arrisquei àquele improviso, por ocasião da inauguração da estátua do dinâmico, eloquente, benemérito falecido Cônego, e, ao mesmo tempo, para mais uma vez confirmar a minha admiração pela mocidade atual — entusiasta do Progresso e da Justiça — e a certeza de que a plêiade, ora ao seu lado na direção do dito Instituto, impelirá este a novas e mais altas e adequadas conquistas cívicas, em prol de Oeiras, do Piauí, do Brasil... Havendo talento, união e sinceridade entre os obreiros, e fé em Deus, tudo se torna fácil...

Veja! o esforço, neste instante enveredando-me por um prolixismo enfadonho, já está me cansando. Faço ponto final, aqui.

Novamente queira você, com a sua lúcida esposa, aceitar as cordiais homenagens deste seu admirador amigo octogenário.

FATOS E DATAS DA VIDA DE OEIRAS

Dagoberto Carvalho Jr.

Aprendemos, ensinou-nos a tradição, a sempre que nos referimos às nossas velhas igrejas, reverenciar a do Rosário, como a de mais velha construção. Igreja jesuítica, aprendemos também a considerá-la. Mas, quando a construíram os inacianos, se somente a partir do desejo testamentário de Mafrense — fazer administrar pela e para Companhia de Jesus, as suas fazendas dos sertões do Piauí — aqui se estabeleceram eles?

As viagens, e foram muitas as anteriores a esse fato sobremodo importante em nossa colonização — o estabelecimento dos jesuítas — tiveram quase que exclusivamente, finalidade missionária. Não se fixavam. Pregavam, catequizavam. Outras vezes, apenas cruzavam os sertões, demandando o Maranhão — um desses viajantes ilustres, o mais ilustre deles — o Pe. Antonio Vieira.

Mesmo admitindo-se o estabelecimento dos primeiros padres, somente a partir da segunda década do século XVIII, teremos de convir que o seu caráter foi eminentemente administrativo. Prendeu-se, não diremos como em 1754, o Cardeal Saldanha, exclusivamente ao comércio — opinião que tomou alvo de todas as críticas dos defensores da Companhia — mas, a bem da verdade, ao aproveitamento total do que produzissem as fazendas. Prendeu-se, diz Serafim Leite, à "necessária e indispensável venda dos produtos das fazendas, sem a qual não era possível prosperar nem subsistir na América nenhuma obra útil". Revertida essa "indispensável venda" de produtos em benefício do Colégio da Bahia e do Noviciado que fez fundar por escritura de 21 de novembro de 1704 em Giquitaia — assim o quisera o doador — o Colonizador do Piauí, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Irmão da Companhia de Jesus, Capitão de Infantaria de Ordenanças Domingos Afonso Sertão, à terra que colonizara e defendera, pouco sobrou. Materialmente, quase nada. Espiritualmente, moralmente, culturalmente, muito; porque a serviço também da catequese, da moral, da educação, sempre estiveram os jesuítas, aonde quer que os levassem interesses outros. Com o passar dos anos o prosperar das fazendas, puderam os padres, aumentando-as, dedicar o excesso de seu rendimento, a outros misteres. E, o fizeram, ainda que não podendo dotar como bem o desejavam, mesmo as pequenas capelas que construíram ao pé de cada uma das três Residências — assim agruparam as fazendas — Brejo de Santo Inácio,

a principal, Nazaré e Brejo de São João. Seu labor maior, contudo, foi dedicado, como em vida desejara o sertanista doador, à manutenção do Colégio e do Noviciado.

Como vimos, somente com a morte de Mafrense em 11 de junho de 1711, é que se deslocaram os padres da Companhia rumo às fazendas do Piauí. Nova missão, que não apenas a de evangelizar. Missão, velha conhecida e desejada — a de administrar também as cousas terrenas. Na nova terra, havida por legado, não tiveram de início, ao que parece, residência fixa. A primeira Residência chamada Permanente, foi a Fazenda Torre. Daí, transferiram-na para o próximo Brejo de Santo Inácio, que com tal privilégio, permaneceu até o confisco em 25 de agosto de 1760. A estada na Torre, é pela primeira vez documentada em 1718 — Profissão de Fé do Pe. Domingos Gomes ao Pe. Antonio de Barros: "Torre — Novo Domicílio Piauiense" — 8 de setembro. Datará, portanto, o seu Domicílio de Oeiras, de época mais recente? E' possível. Tanto assim, que só em 1730, é que por instância de um secular, o Pe. Tomé Carvalho da Silva, fundador e primeiro vigário da Freguesia, se pleiteou à Coroa, a criação de um Colégio — com tal designação, tentou resistir ao tempo e aos homens, o velho prédio do Rosário, contíguo à Igreja — na Vila da Mocha. A Provisão Real, concedendo licença para a fundação do Colégio-Internato (Hospício), data de 1º de abril de 1733, ano em que já o velho pároco realizava, talvez, seu sonho maior: legava aos pósteros, a nova e definitiva Igreja — construída no mesmo local em que em 1697, fizeram de taipa e palha, o Pe. Visitador Miguel de Carvalho, os homens bons de todos esses brejos e ele, Tomé de Carvalho da Silva — a Piauiense Igreja Mãe. Antes disso, porém, pouco antes dessa licença que ficaria (por quanto tempo?) só na Real Provisão, já os jesuitas haviam voltado as vistas para a nova e úniça vila de toda a vasta região. No seu "Diário da Viagem", o Governador Maia da Gama, do Maranhão, que rumo ao Reino, inspecionava as Capitanias, diz ter chegado a 3 de outubro de 1728, à "Vila de Nossa Senhora da Victória de Moucha", onde "assistia também o Reverendo Vigário Thomé de Carvalho". Nas palavras do Governador, frizada pela expressão conjuncional, a indicação de que à Vila, assistiam outros padres. E, é quase certo, da Companhia, porque, para lhe entregar aos cuidados, foi que em 1730, se pediu ao Rei, o Hospício.

O reclamado Hospício, todavia, não veio a ser instalado de imediato e, na Vila da Mocha. O foi apenas, e pelos padres do Colégio do Maranhão, em 1749, como Seminário do Rio Parnaíba, trazendo já em 1753, o nome de Sambaíba, sítio onde en-

tão se localizava. O maior cronista de língua portuguesa da Companhia de Jesus, o Pe. Serafim Leite, insuspeito no que tange à menção pública de feitos de seus antepassados de hábito, porquanto, pela sua enumeração procura infundir respeito à notável obra Inaciana no Brasil; diz, sem prévio comentário à cerca de construção e dotação de Hospício ou Seminário na Vila da Mocha: "não tardaram a surgir perturbações locais que impediram a permanência do Seminário no distrito da Mocha. Achou-se prudente e exequível centralizar os estudos de toda região nas Aldeias Altas" (Caxias). Ao justificar como prudente tal centralização, "apesar dos gastos já feitos", estaria fazendo referência a despesas feitas onde? Onde às margens do Parnaíba, se aí se encontrava o Seminário em 1749 e já em 1753, na Fazenda Sambaíba? Inconstante na localização, efêmero na vida, o Seminário! É mais provável, portanto, que tais despesas tenham sido feitas na Vila da Mocha, onde, quer para Hospício, quer para residência, deixaram-nos os jesuitas marcos de sua ação — uma casa que a tradição chamou de Colégio, existente até o princípio do século atual e, contígua, a Capela que o tempo elevou à Igreja. Sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, mais um fato a favor da hipótese de ter sido a Igreja, Capela de uma Residência onde um Colégio — o Seminário invocava a proteção de Santa Úrsula — resiste aquela, se não contrariando os cronistas, reclamando o esquecimento. Outro fato interessante, a apoiar agora, a idéia inicial — a da construção setencentista da Igreja — o haver residido no Piauí, somente então, um artista, o "carpinteiro e mestre de obras, Irmão Antonio Duarte", que aqui faleceu em 1745. Típica a Capela dos Jesuitas. Característica, a sua arquitetura. contrastar com a simplicidade do todo, com as linhas de um clássico ainda não de todo amolecido pelos trópicos, ainda não extravasado em barroco, o barroco — para o tempo e, acima de tudo, para o meio — exuberante da torre. O mesmo mestre teria idealizado o conjunto. Outro hipótese: não, nem a mesma época assistiu combinação tão a contra gosto da arquitetura religiosa colonial brasileira. Germalin Bazin, em estudo notável, observa e descreve o impressionante equilíbrio de estilo entre as fachadas centrais e as torres de nossas velhas Igrejas. Se a Duarte coube a honra da construção principal — a fachada terminada em colunas de cantaria, a nave central, a capela mor e a sacristia lateral — e, o mestre faleceu antes que o barroco ganhasse de todo o Brasil tropical, quando se teria anexado a Capela Jesuítica, a torre de nossa hoje Igreja do Rosário?

MARIA ALELUIA, A QUE MORREU DE AMOR !

Bugyja Britto

I

— Morreu de amor! dizia entre triste e admirado, o farmacêutico prático da cidade, o qual o povo tratava por Dr. Raymundo Britto.

— Quem é que morreu?! — interrogava meio surpreendido o Dr. Cândido Martins, Juiz de Direito da Comarca, para prosseguir: Então foi aquela filha dos compadres Raymundo — Anna Lapichin, a terníssima Maria Aleluia, que eu soube que estava mal, ontem?

— E quem não haveria de ser, meu caro Dr. Cândido? Uma *anemia perniciosa*, transformada em anemia secundária, vinha minando aquele físico, bem apessoado e demonstrador de longa vida até ao ano passado. A última vez que examinei a Maria Aleluia, e não faz mais do que 15 dias, ela tinha inchação nos pés, um grande desassossego, vertigens de vez em quando e a pele bem amarela, tão amarela como se fosse a flor do algodoeiro quando se entumece para preparar o branco capucho. Há cerca de dois meses eu também a examinara, receitando, em seguida, uns remédios. A anemia estava mais branda, pois era então de caráter primário, ainda. Nessa ocasião, porém, já verifiquei que o sangue revelava profundas alterações. Os glóbulos de sangue vermelhos deviam estar reduzidos de cinco milhões, *que é o número normal deles num milímetro cúbico de sangue, a quinhentos mil*, como ensinam os mestres.

O ambiente da conversação era na *Farmácia Minerva*, de propriedade do farmacêutico prático atrás referido, Raymundo Britto, que, desde novo, labutava no estabelecimento que recebera, como herança, o pai. Britto, profissional prestativo, usava a manipulação na farmácia, preparava poções e atendia cordialmente a quem o procurava para consultas ou compra de remédios; como não havia médico domiciliado no município, ele preenchia as funções de um cuidadoso facultativo, fazendo clínica, pequenas operações cirúrgicas e obstetrícia.

Além do proprietário do estabelecimento farmacêutico e do Dr. Cândido Martins, ambos já referidos, encontravam-se, ali: o Joaquim Reis, tratado por professor, pois passava por saber de cor o dicionário de Moraes; o Promotor Público, Dagoberto Ferreira de Carvalho, espírito de escol; o José Tapety,

acatado comerciante e político; o Benedito Francisco, fazendeiro local; o Alexandre Feitosa, tenente da antiga Guarda Nacional e homem de sociedade, e talvez mais uns três curiosos, — desses de cidade que costumam não ter o que fazer e estão em toda parte em que haja conversação.

Todos esses elementos formavam a *entourage* da *Farmácia Minerva,* naquele dia.

II

Maria Aleluia, ou precisamente Maria Aleluia de Loiola Lapichin, nasceu, criara-se e tornara-se mulher no legendário burgo, que foi até 1852 a metrópole da então Província do Piauí.

Os pais, Raymundo e Anna de Loiola Lapichin eram elementos modestíssimos do meio. Raymundo era alfaiate; o seu trabalho era reduzido na profissão, pois nem sempre aparecia cliente para mandar fazer roupas. Quando mais novo, ou melhor antes de casar-se, andou fazendo lavoura de subsistência; teve sua roça sem desprezar a posição de alfaiate. Era um homem simples ou do povo, mas aprendeu as boas maneiras de conduzir-se na sociedade. O sobrenome *Lapichin* foi-lhe dado injustamente por algum gaiato, pois não tinha unhas grandes, côncavas e afiadas do lapichin, que, como se sabe, se defende nas horas difíceis contra o seu maior inimigo, que é o cão caçador, que lhe persegue para matar nos intrincados das matas. O lapichin também conhecido por mambira, é um animal da fauna brasileira. Mas o apelido pegara, de forma que o apelidado incorporara-o ao nome completo, que ficou: *Raymundo de Loiola Lapichin.* Anna — era filha natural do Dr. Joaquim Newton Ferreira de Carvalho com uma mulher de cor e fora criada por uma irmã do Dr. Newton, com alta estima, ou melhor, como se fosse membro da família legítima. Educada com as filhas da irmã do Dr. Newton, Anna tornou-se uma criatura atenciosa e boa.

Maria Aleluia era adorada pelos pais não somente por ser filha única, mas pela bondade irradiante, obediência cordial e belo comportamento. O ambiente em que fez a sua formação tinha sido religioso, essencialmente católico romano, ensinaram-na, através de uma educação apropriada, a ser amável, humilde e amiga; tinha um sorriso para os conhecidos e os cumprimentos respeitosos para os mais velhos. Fazia gosto vê-la com o seu andar gracioso, com uma efígie de N. Senhora da Conceição amarrada ao pescoço, de rosário entre os dedos da mão direita, distribuindo simplicidade e algo de uma

Maria Aleluia de Loiola
25-03-1910
+ 11-08-1935

cordialidade saturada de fé, de otimismo e de vida...

De casa para a igreja, da igreja para os afetos do lar. Nunca estivera em certas festas sociais, como bailes e recepções dançantes. Fazia jejum uma vez em cada mês do ano e nos 3 dias principais da Semana Santa; confessava-se e comungava quase todos os domingos. Devota de Nossa Senhora da Conceição a quem a mãe entregara para protegê-la desde o primeiro dia de nascida, tinha a preocupação de semanalmente limpar o nicho da Santa, trazendo-lhe braçadas de flores e conservando engomada a toalha que bordara certa vez para cobrir os pés de sua querida protetora.

Quando criança nunca lhe faltaram os desvelos, os agrados, os mimos e os carinhos dos progenitores, que embora pobres, bastante pobres, sempre se esforçaram para guardar, no fundo do coração, o seu rebento precioso, ministrando-lhe ainda, com grandes dificuldades, o necessário para a subsistência cotidiana.

Quando entrara na puberdade, os desvelos aumentaram; agora, aos desvelos estavam as observações, as fiscalizações e os ensinamentos devidos.

Maria Aleluia era, de fato, além de uma criatura adorada pelos pais, portadora de qualidades e prendas femininas que todos da cidade elogiavam. Tinha 18 anos quando ocorrera a tragédia de que trata a presente narração.

III

— Quem falou, aí, em morrer de amor?

Joaquim Reis, o professor, começou perguntando para explicar, em seguida, os conhecimentos obtidos através de estudos e de leituras:

— Morre-se de amor! Não é a primeira vez que isso aconteceu. É claro que antes da explosão dominadora do Feminismo, havia maior número de mortes. Uma donzela jungida aos preconceitos impostos pela sociedade de então, costumava ser uma vítima desses preconceitos. Na modernidade rareou essa tragédia, que não deixa de ter caráter sentimental e lastros profundos de uma doce poesia. Poetas, como Gonçalves Dias, chegou a dizer ao traduzir, por certo, uma grande paixão:

Isso é amor, e desse amor se morre!...

— É claro que o poeta da *Canção do Exílio* não veio a morrer de amor. A sua morte foi motivada por um naufrágio na Baía de São Marcos, quando já se avistavam terras mara-

nhenses. O *Ville de Bourgogne*, que vinha da França (*Le Havre*), fazendo uma manobra infeliz bateu nus cacnopos existentes nessa baía; casco furado, água invadindo a casa de máquinas e os camarotes e, por fim, o navio, que era de nacionalidade francesa, adernou e submergiu-se para sempre.

— Os poetas, literariamente falando, gozam da prerrogativa do exagero, do impossível, do aleatório, mas, dentro desse poder que é também fictício, lá vão palavras dizendo cousas que eles próprios não fazem, na realidade.

— Todavia, não são apenas os poetas ou escritores de ficção que afirmam que se morre de amor. Os homens práticos, que vivem a realidade das cousas, afirmam também e costumam trazer à baila as provas inconcussas. É que no mundo variam os temperamentos dos seres humanos, e, assim sendo, nunca faltará uma pessoa de fina sensibilidade, impressionável, emocionante, guiada pelo sentimentalismo ou tendo uma imaginação embalada pelos floreios das impressões subjectivas. Um temperamento romântico, vibrátil, atolado nos devaneios e que receba a inspiração como um prêmio da vida concedida por Deus, está sujeito a atos que outrem condena momentaneamente por não possuir os requisitos da sentimentalidade e do impressionismo.

IV

Noites de luar. Agosto ia proporcionando um argênteo plenilúnio, e, com este, as serenatas que tocam fundo aos corações. Choram os violões e vibram os violinos ao lado dos penosos saxofones e das atraentes clarinetas. Seresteiros que não dormem, boêmios que recitam versos, músicos que através dos seus instrumentos de sopro e de corda são acordes, sons, ritmos, enternecimento, harmonia, harpejos, suspiros, *adeliptus*...

Pois em certa noite de Agosto, às 2 horas da madrugada, uma serenata corta lugares da invicta cidade sertaneja para estacionar nas proximidades da casa de Maria Aleluia, que desperta sob doces emoções. Oito rapazes do meio, e entre eles o Serafim, — aquele que está amando a Maria Aleluia, tanto assim que já lhe mandara uma carta bonita, — movimentam os instrumentos musicais, afinados e prontos para a função seresteira. Serafim recita versos de amor clamando pelo aparecimento da bem-amada. Maria Aleluia comove-se, mas está satisfeita pelos versos e pela serenata, que não deixam de traduzir lances românticos de um amor nascente. Uma valsa sentimental,

cujo nome sugestivo é *Momentos Felizes*, marca o encerramento da noitada de viva paixão. A letra da valsa pedia, em versos sonoros, que a jovem donzela chegasse até à janela da residência e ficasse aspirando a brisa auroral que passava carregando os amavios de um coração apaixonado...

E como Serafim, o galhardo mancebo da serenata, veio a amar a Maria Aleluia? Quando ele a viu e em que lugar?

Pois foi na Igreja de N. Senhora da Vitória numa novena do mês de junho, durante o Tríduo que se fazia em homenagem a Santo Antonio. Aleluia rezava, Serafim olhava-a atentamente; os olhares de ambos chegaram a se encontrar. Depois veio a carta bonita e, em seguida, o episódio da serenata.

Anna, a mãe, soube que a filha está namorando. Mas como julgava que o rapaz não era digno para casar-se com a filha, proibe terminantemente o namoro. A indignidade para o casamento provinha do Serafim ter, na sua própria familia, um parente atacado de lepra.

Certas paixões são como velhos vulcões adormecidos no seio da terra, pois, quando explodem, não há freio que as detenha...

Tanto Serafim, como Aleluia, amam-se ardentemente.

A sorte está lançada!

Em virtude da proibição rigorosa, Aleluia é uma espécie de tumba onde ficaram soterrados os desejos, os sonhos de moça, os idílios imaginosos, a paixão, o prazer de viver...

Não protestou por ser católica, obediente e boa, não enfrentou a vontade proibitória da mãe por ser humilde, amiga e educada, não mostrou contrariedade para não ferir o poder maternal.

E o que aconteceu, e o que fez?

— Morrer levando para o túmulo todo o amor que, um dia, viveu em si mesma de modo entranhado, potente, invencível!

Deixou de alimentar-se. Houve uma espécie de fastio voluntário, e isso sem que demonstrasse zanga ou protesto pelo ato proibitivo da mãe.

Entristeceu! adoeceu! morreu! A sua existência não foi longa. Mas as madrugadas também não são longas, pois morrem simultaneamente com os primeiros clarões do garboso sol! E o próprio sol, por vezes não deixa a terra coberta de um nevoeiro-plúmbeo como para significar que a tristeza paira sobre todas as cousas?...

E todas as manhãs, logo que tenham se apagado as luzes das estrelas, e as aves, na sua garrulice sadia, tenham alçado vôos dos ninhos, Anna de Loiola Lapichin encaminha-se ru-

mo ao cemitério da Ordem do Sacramento, — que é o principal da cidade — para chorar e rezar ao pé do túmulo da filha querida. A efígie de Maria Aleluia, pregada numa cruz tosca de madeira, indica o lugar da fria sepultura.

Todavia, se tristeza levar a criatura à sepultura, haverá em algum dia, ao lado do túmulo daquela que morreu de amor, outro túmulo pertencente aquela que de tristeza há de morrer...

V

Maio chegara, certa vez, para enfeitar os campos que reverdeciam numa protuberância inigualável. No paralelo de 7º grau (1º), numa região dentro do Trópico de Capricórnio, há como que uma bonança representada pela colheita de cereais nativos. É uma espécie de sub-estação, chamada de *Fins d'água*, quando o sol, isento de raios causticantes, como que convida os homens para um atraente lazer. A vinda de maio significava para os corações românticos a criação de um ambiente de aquecido enternecimento...

Preces e votos festivos de líricos trovadores saudavam, alegremente, o mês.

Os pequenos riachos, murmurando sob um céu azul e pássaros num gárrulo festival pela época sobrevinda para a procriação bendita, eram parceiros daqueles líricos trovadores, que, de rua em rua, de beco em beco, de ponto em ponto da cidade, às caladas da noite e através de seus instrumentos musicais, espalhavam os acordes e tons menores de músicas sentimentais.

Pois Maria Aleluia nasceu num mês de maio, redivivo, doce, louvado!...

Nasceu no mês em que se celebram os idílios das desejadas bem-aventuranças.

Maria Aleluia foi o seu nome de batismo; dois termos expressando uma só palavra. Maria, a Santa, a mãe de Jesus, e Aleluia é a felicidade que se dispersa em exclamações jubilosas e em regosijos que se exaltam, como ensinam os textos teológicos e linguísticos.

E maio veio também, certa vez, para cobrir de crepe as choupanas e palácios, as cidades e as searas, as várzeas, matas e chapadas; abrindo-se, nos campos e nos quintais, em flores de variados matizes, preparou os enfeites que adornariam o corpo inanimado de Maria Aleluia, retirada bruscamente do convívio dos que a conheceram para o silêncio da eternidade.

Dos dois maios, ou eventos, — o de ter nascido e o de ter falecido — ficou uma eterna lembrança a ser mantida pelos pósteros nessa história de amor, batida de amor, tecida de amor, alimentada de amor, de amor nascida e de amor morrida!...

Rio, Natal de 1980

(1º) Esta região situa-se entre 7º — 01' — 00 '' de latitude sul e 44º — 6' — 21" de longitude W.Gr.

INDICE

Pág.

Sentido da Vida — Leopoldo Portela 19

Oeiras e o Seu Instituto Histórico — Abimael Carvalho 23

Participação de Oeiras nas Lutas da Independência do Piauí — Wilson Brandão 27

Vigários de Oeiras — Dagoberto Carvalho 35

Benedito Amônico de Freitas — Pedro Ferrer Mendes de Freitas 37

Filhos Ilustres da Legendária Oeiras — Uma Festa de luz e oração — Herculano Moraes 43

Oeiras — Uma Interpretação Sócio-Cultural — Dagoberto Carvalho 45

Saudação a D. Carmine Rocco — Possidônio Queiroz 49

Mestres Ourives e Prateiros de Oeiras — Fátima Carvalho 55

Os Judas Molhados — José Expedito Rêgo 63

Oeiras de Nossa Senhora da Vitória — Humberto Guimarães 71

O Mocha — Possidônio Queiroz 75

Lembrando Ribamar Matos — Dagoberto Carvalho 83

A Batalha do Jenipapo — Bugyja Britto 87

Carta — Costa Machado 91

Fatos e Datas da Vida de Oeiras — Dagoberto Carvalho 93

Maria Aleluia, a que morreu de amor — Bugyja Britto 97